

# Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator: tributária será votada em outubro ..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator planeja votar Tributária no início de outubro no Senado ..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cid administrou R\$ 2,3 milhões de Bolsonaro em sua conta, dizem relatórios ..... 6

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira tem de cumprir promessa de votar logo novo arcabouço fiscal (Editorial) ..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prates: "Vamos fazer quantos reajustes forem necessários" ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator do projeto do Carf deve manter texto da Câmara ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ibovespa amarga 12ª queda seguida ..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
POLÍTICA

Reforma ministerial próxima ..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
POLÍTICA

Ministras são "atacadas" para ceder cargo a homens, diz Guajajara ..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Governo corre para evitar "corte" de R\$ 200 bi no Orçamento 2024 ..... 14

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
POLÍTICA

Deputados pedem prorrogação a Lira e volta de opositores ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária pode coibir mercado de produtos ilegais ..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A necessária reforma tributária sobre o consumo (Artigo) ..... 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Montadoras estão no centro do embate entre governadores ..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária poderá elevar custo do ITCMD em nove Estados ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Artigo: A necessária reforma tributária sobre o consumo** ..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**O feminicídio não acaba após o crime e governo pretende ajudar órfãos** ..... 25

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**ICMS, ISS, IPI e mais: saiba quantos tributos serão extintos com a reforma tributária**  
..... 27

PORTAL UOL - COLUNA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Condenado por isenção fiscal, Brasil é monitorado por potências automotivas** ..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Avanço do arcabouço cria impasse sobre gastos com Saúde em 2023** ..... 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**BNDES tem R\$ 270 bi para projetos do PAC** ..... 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

**Alta forçada (Editorial)** ..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Lucro do BNDES cai 45% no 1º semestre com repasses ao Tesouro; desembolsos sobem 22%**  
..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Pela primeira vez, 300 maiores empresas de varejo do País vendem mais de R\$ 1 tri**  
..... 37

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Planalto avança na negociação para criar mais um ministério** ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

**BC dos EUA e risco fiscal levam taxa do Treasury à máxima em 15 anos** ..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

**Ata mostra Fed cauteloso diante do risco de elevar demais os juros** ..... 42

# Relator: tributária será votada em outubro

**Edla Lula**

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), descartou que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) opte por suprimir da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019, a figura do Conselho Federativo. Em reunião ontem, o colegiado aprovou o plano de trabalho apresentado por Braga, que prevê votação no plenário da Casa até o fim de outubro.

"Acredito que o Conselho Federativo sofrerá modificações, mas ser suprimido seria uma questão delicada, porque na metodologia do sistema único de arrecadação é preciso que haja um órgão para fazer as compensações tributárias. E o órgão seria o Conselho Federativo", comentou o relator, em conversa com jornalistas após a reunião da CCJ.

A pedido do senador Esperidião Amin (PP-SC), Braga incluiu no plano de trabalho uma audiência pública específica para debater a formatação e o funcionamento do Conselho Federativo que, pela proposta aprovada na Câmara dos Deputados, fará a gestão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Desde a discussão da matéria na Câmara, o conselho tem sido um dos pontos mais polêmicos da **reforma tributária** e vem recebendo críticas tanto de gestores quanto de especialistas em tributação.

No entender de Amin, do jeito como foi concebido pela Casa, o conselho terá poder excessivo e não resolverá o tema da descentralização da distribuição de recursos.

"Criar um conselho para discutir critérios de partilha de dinheiro, isso vai ser o quê? Uma agência reguladora? Um encontro de lobby? O que vai ser isso?"

Como é que vai ser nomeado esse conselho?", indagou.

O substitutivo do relator da matéria na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), determina que o conselho - que fará a gestão integrada do IBS, definindo o valor a ser distribuído entre os entes da Federação - terá representantes dos 26 estados e do Distrito Federal.

Os municípios também contarão com outras 27 cadeiras, das quais 13 terão votos proporcionais à população local. Essa fórmula surgiu a partir de negociações com o governador de São Paulo, Tarcísio

Freitas, que estava insatisfeito pelo fato de os estados do Nordeste serem maioria.

Pela proposição, o Conselho Federativo terá independência administrativa, orçamentária, técnica e financeira.

O plano de trabalho apresentado inicialmente por Braga previa sete audiências públicas, além das reuniões de debates, antes da votação na CCJ, que ele marcou para 4 de outubro. No entanto, o relator prevê que os prazos serão prorrogados, após a sugestão do senador Amin, que aumentou para oito o número de audiências e alterações em algumas datas, sugeridas pelo presidente da comissão, Davi Alcolumbre (União-AP). Mas Braga manteve a previsão de votação no plenário até o fim de outubro.

## Audiências públicas

Além da audiência sobre o Conselho Federativo, haverá outros encontros sobre os temas: diagnóstico, objetivos e conceitos; impacto em setores como o de serviços, indústria, agronegócio, cooperativismo, regimes específicos e favorecidos, e entes federativos, sob a ótica dos estados e municípios. Também está prevista uma sessão temática no plenário do Senado, com a participação dos 27 governadores.

Ao apresentar a proposta de trabalho, Braga afirmou que seu relatório se guiará por premissas que garantam, em primeiro lugar, a neutralidade, ou seja, que não haja aumento da carga tributária.

Também vai mirar a redução das desigualdades sociais e regionais; a simplificação; a transparência e a segurança jurídica.

Além disso, o relator afirmou que o texto vai limitar as excepcionalidades em relação aos regimes beneficiados, "a partir de uma avaliação de custo-benefício que leve em consideração parâmetros sociais, econômicos e tecnológicos".

## Riscos para indígenas

O projeto de lei do marco temporal avança no Senado com dispositivos que incentivam a invasão de terras indígenas e prevê indenizações a grileiros.

O tema central do texto é transformar em lei um entendimento de que só podem ser demarcadas as terras ocupadas até a promulgação da Constituição,

em 5 de outubro de 1988.

Um estudo da consultoria legislativa do Senado, contudo, mostra que o PL vai além. Um dos trechos, contido no artigo 9, determina que, até ser concluído o processo demarcatório, "não haverá qualquer limitação de uso e gozo aos não indígenas que exerçam posse sobre a área, garantida a sua permanência na área objeto de demarcação". Na prática - alertam os técnicos -, a lei significaria uma carta branca a invasores e grileiros.

"Essa disposição, além de obviamente estimular a invasão de terras indígenas ainda não demarcadas, vai em sentido contrário a toda a doutrina e jurisprudência, ao próprio texto da Constituição Federal e aos precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos", diz a análise interna da Casa.

Já o artigo 11 prevê a indenização de "qualquer proprietário ou possuidor em terra indígena" nos casos de "justo título".

O texto não exige a demonstração de "boa-fé" da propriedade a ser indenizada, o que contraria expressamente o disposto no parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição. O projeto foi aprovado na Câmara em maio e tramita no Senado.

"Acredito que o Conselho Federativo sofrerá modificações, mas ser suprimido seria uma questão delicada" Eduardo Braga (MDB-AM), relator da PEC no Senado

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/17/all.pdf>**

# Relator planeja votar Tributária no início de outubro no Senado

**João Gabriel**

O relator da **Reforma Tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou na terça-feira (15) o plano de trabalho para a tramitação do texto na Comissão de Constituição e Justiça, com previsão de votação do relatório na primeira semana de outubro.

De acordo com o cronograma, o texto seria apresentado ao grupo uma semana antes, após sete audiências públicas, para ouvir representantes dos setores de serviços, indústria, agronegócio, cooperativismo, estados e municípios.

Segundo o documento, a intenção de Braga é manter "a estrutura original" da proposta, para realizar os aperfeiçoamentos "necessários para construir um texto que vá ao encontro das expectativas de toda sociedade".

O documento elenca nove premissas para os debates, dentre elas neutralidade, redução de desigualdades, simplificação, transparência, segurança jurídica, fortalecimento do pacto federativo

e preservação da autonomia dos entes federados em relação a fixação da alíquota.

Também defende "excepcionalidades limitadas em relação ao regimes beneficiados, a partir de uma avaliação de custo-benefício que leve em consideração parâmetros sociais, econômicos e tecnológicos".

Braga também diz que a reforma deve se atentar aos parâmetros ambientais, preservar o simples nacional e a Zona Franca de Manaus (AM).

Finalmente, diz que o fundo nacional e de desenvolvimento regional deve ter os "devidos aperfeiçoamentos".

Em um primeiro encontro, Braga propõe reunir o secretário extraordinário da reforma, Bernardo Appy, com pesquisadores do tema, por exemplo da USP ou do Insper.

Sobre o setor de serviços, quer convidar nomes da Sebrae, da OAB e da Confederação Nacional de Serviços, dentre outros.

O tema da indústria deve ter como interlocutores entidades como a CNI, Fiesp, CNT, além do ministério do Desenvolvimento.

Para o agronegócio, Braga quer chamar à CCJ a CNA, o Ministério da Agricultura, a **Receita Federal** e a Fazenda.

Já no tema dos estados e municípios, o relator propõe debater com o TCU, Conse-faz, Frente Nacional dos Prefeitos e Confederação Nacional dos Municípios, dentre outros. No total, a proposta prevê sete audiências públicas.

Finalmente, o cronograma propõe que o relatório seja apresentado no final de setembro, para votação na primeira semana de outubro.

"[A intenção é] viabilizar a votação da proposta no Senado em tempo hábil para que a Câmara possa novamente analisá-la e nós tenhamos a promulgação da matéria até o final deste ano", diz o plano de trabalho.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50371&maxTouch=0&anchor=6481704&pd=aa77ead4f48446e11474f4806bb8dacf>**

# Cid administrou R\$ 2,3 milhões de Bolsonaro em sua conta, dizem relatórios

**WESLEY GALZO DANIEL HAIDAR**

A quebra de sigilo bancário do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do expresidente Jair Bolsonaro (PL), revela que sua movimentação financeira é bem maior do que já se sabia. Em três anos, o oficial movimentou R\$ 8,4 milhões. Entre 2020 e 2022, foram depositados em suas contas R\$ 4,5 milhões e saíram R\$ 3,8 milhões. Os dados foram obtidos pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro e acessados pelo Estadão.

As cifras são incompatíveis com os valores mensais recebidos pelo oficial no mesmo período.

Cid declarou à **Receita Federal** ter rendimentos tributáveis de, em média, R\$ 318 mil por ano. Ou seja, em três anos o dinheiro depositado nas suas contas é cinco vezes maior do que sua remuneração de servidor público federal.

**OPERADOR.** Os relatórios entregues à CPMI mostram também que o ex-ajudante de ordens administrou outros R\$ 2,3 milhões como procurador das contas do ex-presidente.

Nessas contas, o mês com o maior volume de depósitos foi fevereiro de 2020, quando entraram R\$ 119 mil. Segundo o relatório remetido à comissão parlamentar, as contas operadas por Mauro Cid na qualidade de procurador de Bolsonaro receberam um total de R\$ 1,1 milhão em três anos. Há, ainda, registros de débitos no valor de R\$ 1,2 milhão.

As informações estão em um relatório de movimentação financeira em conta-corrente e poupança. O documento foi produzido pela Secretaria Especial da **Receita Federal** do Ministério da Fazenda e atende a um requerimento da relatora da CPMI do 8 de Janeiro, senadora Eliziane Gama (PSD-MA).

A quebra de sigilo revelou ainda que, entre maio e agosto de 2022, período anterior à eleição presidencial, Cid recebeu R\$ 1,2 milhão em suas contas.

**APURAÇÕES.** A movimentação atípica nas contas do ex-ajudante de ordens se soma a diversas apurações que têm desgastado a imagem de Bolsonaro e do Exército. A CPMI e a Polícia Federal investigam

repasses de dinheiro feitos por Cid e pelo seu pai, Mauro Lourena Cid, para Bolsonaro e para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Na Operação Lucas 12:2, deflagrada na sexta-feira passada, policiais apontaram indícios de que Cid, seu pai e outros militares sacaram dinheiro em espécie e depositaram ou entregaram para o ex-presidente e Michelle. A PF suspeita que pelo menos parte desse dinheiro veio da venda ilegal de presentes do acervo presidencial, como relógios e joias entregues a Bolsonaro pela Arábia Saudita. A PF suspeita também que Cid usou parte desse dinheiro para recomprar joias do acervo presidencial que tinham sido vendidas nos Estados Unidos.

\*

"Ordem ilegal militar cumpre também", afirma novo advogado

O advogado criminalista Cezar Roberto Bittencourt, novo responsável pela defesa do tenente-coronel Mauro Cid, disse que o ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é um "grande injustiçado" na investigação da Polícia Federal sobre um esquema de venda ilegal de joias recebidas pela Presidência em viagens oficiais no exterior.

Para Bittencourt, ajudantes militares como Cid cumprem "ordens ilegais e injustas" dos chefes por causa da "obediência hierárquica".

"Essa obediência hierárquica para um militar é muito séria e muito grave. Exatamente essa obediência a um superior militar é o que há de afastar a culpabilidade dele. Ordem ilegal militar cumpre também. Ordem injusta cumpre. Acho que não pode cumprir é ordem criminoso", disse o advogado, em uma entrevista concedida ontem à GloboNews.

Bittencourt também afirmou que vai avaliar se o militar tinha consciência de que teria cometido um crime ao revender itens valiosos recebidos pelo governo Bolsonaro em comitivas oficiais. I GABRIEL DE SOUSA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Lira tem de cumprir promessa de votar logo novo arcabouço fiscal (Editorial)

Enfim o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), anunciou para a semana que vem a votação do novo arcabouço fiscal. Não era sem tempo. É injustificável o atraso para derrubar as mudanças feitas pelo Senado no projeto. O ritmo moroso na aprovação das reformas pelo Congresso Nacional tem sido uma das causas do baixo crescimento econômico do Brasil nas últimas décadas.

A atual legislatura parecia disposta a quebrar essa tradição, mas hábitos antigos persistem. Depois da maratona do início de julho - além das regras fiscais, a Câmara aprovou o texto da **reforma tributária** e mudanças nos julgamentos de contribuintes pela **Receita Federal** -, Lira vinha adiando a votação das mudanças promovidas pelo Senado no arcabouço, na tentativa de pressionar por espaço para seus aliados na **reforma ministerial** em negociação.

Entre o interesse nacional e mais poder, os congressistas voltaram a escolher a segunda opção.

É uma lástima. O arcabouço fiscal é uma tentativa de colocar alguma ordem nas finanças da União. Mesmo imperfeito, é a melhor opção disponível.

Não pertence ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nem ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Foi concebido pelo governo e aperfeiçoado na Câmara para beneficiar a totalidade da população. A perspectiva de algum equilíbrio fiscal contribuiu para o início da queda dos juros e para o alívio nos indicadores econômicos.

Infelizmente, os senadores afrouxaram as regras de controle de gastos. O relator, senador Omar Aziz (PSDAM), incluiu exceções sem cabimento na lista das despesas que não estarão sujeitas aos limites do arcabouço. Ao lado do Fundeb e do Fundo Constitucional do Distrito Federal -todas as despesas do DF são pagas pela União -, também ficaram fora os gastos com ciência e tecnologia.

Era também desnecessário criar espaço para mais despesas alterando a base de cálculo da **inflação** que atualizará o novo teto para os gastos. Assim como abrir uma brecha para o governo criar mais despesas quando quiser, mediante aval do Congresso. Qualquer tipo de "licença para gastar" vai contra o espírito do controle de despesas e desgasta a credibilidade do

arcabouço.

Ele está longe de ser ideal. Impõe crescimento de despesas em qualquer situação, levando a um esforço hercúleo de arrecadação. Mesmo com a aprovação, é remotíssima a chance de o governo cumprir as metas de resultado primário ambiciosas anunciadas por Haddad. Mas é fundamental que haja algum tipo de regra estabelecendo limites realistas ao gasto público. Não tem cabimento usar um projeto tão crítico para a estabilidade econômica em barganhas políticas.

É, por tudo isso, imperativo que a Câmara restaure logo a versão original do projeto. Cada dia de atraso é um dia a menos para os deputados analisarem outros temas relevantes para o país. Lira precisa cumprir seu compromisso, para o governo ter tempo hábil de encaminhar ao Congresso o Orçamento de 2024 já dentro das novas regras.

#### Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ  
Lira tem de cumprir promessa de votar logo novo arcabouço fiscal

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Prates: "Vamos fazer quantos reajustes forem necessários"

**RENAN MONTEIRO**

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou ontem, em audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, que a empresa fará "quantos reajustes forem necessários" nos preços dos combustíveis.

Ele, contudo, negou que a estatal vá se guiar pela política de paridade de importação (PPI): - Vamos fazer quantos (reajustes) forem necessários.

Agora, absolutamente sem ficar seguindo a PPI, que é a paridade de importação, e menos ainda as volatilidades ocasionais.

Na última terça-feira, a Petrobras anunciou um aumento nos preços da gasolina e do diesel cobrados nas refinarias.

O litro da gasolina subiu 16,2%, ou R\$ 0,41, passando para R\$ 2,93; e o do diesel teve alta de 25,8%, ou R\$ 0,78, chegando a R\$ 3,80.

Para Prates, a nova política de preços da companhia passou no teste: - A política (de preços) passou no teste? Qual é o teste que se propunha? Os mais cétricos diziam: "Ah, não, mas a Petrobras, o Jean, o Lula não vai deixar, enquanto o preço lá fora está baixando está tudo muito bonito, quero ver na hora que subir lá fora, como é que eles vão se comportar, se vão fazer o ajuste". E nós fizemos.

Portanto, a política passou no teste.

## PASSIVO DE R\$ 30 BI

Em 16 de maio deste ano, a Petrobras adotou uma nova política de preços, descolada da política de paridade de importação. Na PPI, as variações nas cotações do petróleo e do dólar serviam de parâmetro para reajustes para cima ou para baixo nos valores dos combustíveis.

Com isso, os ajustes acabavam sendo mais frequentes.

A estatal passou então a levar em conta os custos internos de produção, os preços dos concorrentes em diferentes mercados dentro do país e ainda as

parcelas de combustíveis produzidas no país ou compradas no exterior.

O reajuste de terça-feira foi o primeiro desde que Prates assumiu a presidência, no fim de janeiro. Contudo, acabou vindo em um percentual mais alto.

Mesmo assim, segundo o presidente da Petrobras, se fosse seguida a PPI, o reajuste seria de R\$ 1,10 no diesel e de R\$ 0,56 na gasolina.

Prates chegou a classificar como "estupidez" a política de paridade de importação: -Temos a missão de organizar a Petrobras, eu não diria reconstruir (...) A Petrobras foi criada para resolver o problema da dependência da importação de petróleo. O objetivo sempre foi buscar maior independência da importação.

A PPI é a maior estupidez que um país pode praticar, não sendo importador e sendo autossuficiente em petróleo, o que foi alcançado depois de tanto tempo.

As declarações de Prates ajudaram a impulsionar os papéis da empresa, após o reajuste da gasolina e do diesel também ser bem recebido pelo mercado. Ontem, Petrobras ON e PN subiram 2,95% e 2,20%, respectivamente.

Pesou na alta ainda o fato de a empresa ter negado que negocia com a União um acordo sobre um passivo de R\$ 30 bilhões no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, conhecido como "tribunal" da **Receita Federal**.

Prates disse que a estatal ainda vai procurar autoridades do país para discutir o assunto e negou que já esteja em negociação com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ou que a empresa vá "ajudar" o governo a fechar as contas pagando esse passivo: -Esse assunto, que saiu ontem (terça-feira), foi completamente fora da curva. Ninguém falou nada disso. Criou-se uma especulação, mais uma vez.

Essas coisas acontecem. O mercado está cheio disso, de pessoas que falam algumas coisas, colocam lá, e aquilo inclusive prejudicou o valor da ação (na terça-feira). Não tem o menor cabimento.

Prates explicou que a Petrobras está trabalhando em um "estudo coletivo" com órgãos fiscais e com União,

estados e municípios. Segundo ele, há processos administrativos e judiciais, com "partes controversas e não controversas".

- (Vamos) fazer um trabalho de procurar essas autoridades fiscais e ver como a gente pode resolver de forma mais produtiva para os dois lados. Isso não é um acordo, não é uma coisa de sentar com o ministro (Haddad) e resolver o problema em dois minutos ou prometer uma meta de arrecadação. Não tem coerência, e isso não aconteceu -disse.

#### MARGEM EQUATORIAL

Durante a sessão no Senado, o presidente da Petrobras voltou a defender a exploração de petróleo na chamada Margem Equatorial, que abrange a foz do Rio Amazonas. Segundo ele, a intenção da empresa, nesta fase, é fazer testes, e não iniciar uma produção.

Prates argumentou que a empresa não tem histórico de vazamentos de petróleo durante a fase de exploração, quando os poços são furados apenas para fins de testes e pesquisas.

Ele afirmou que na Margem Equatorial há grande potencial de petróleo e de energia eólica offshore (no mar). O plano da empresa é combinar as duas explorações, principalmente no litoral do Amapá.

\*

"A PPI é a maior estupidez que um país pode praticar, não sendo importador e sendo autossuficiente em petróleo"

Jean Paul Prates, presidente da Petrobras

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Relator do projeto do Carf deve manter texto da Câmara

O relator do projeto de lei que muda a regra de empate nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, senador Otto Alencar (PSD-BA), pretende apresentar seu parecer na segunda-feira (21) para que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) delibere sobre a matéria na próxima semana. Segundo o Valor apurou, a tendência é que Otto atenda um pedido feito pelo Ministério da Fazenda para não alterar o texto que veio da Câmara do Deputados.

O projeto é uma prioridade para o Executivo e está nas contas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para o aumento de receita. O Valor apurou que o relator não tem recebido parlamentares e representantes dos setores, o que sinaliza que o texto deve ser mantido. O Ministério da Fazenda tem pressa e a avaliação é que, caso retorne à Casa iniciadora, a aprovação terá um alto custo político.

Interlocutores do senador confirmaram, sob sigilo, que o parlamentar foi procurado por integrantes da equipe econômica para que o texto não seja alterado e assim não precise retornar à Câmara. Ao Valor, Otto não descartou acatar emendas e promover alterações na proposta.

"Poderão acontecer alterações de redação e de mérito", afirmou.

Apesar da fala, o senador elogiou o texto do relator na Câmara, deputado Beto Pereira (PSDBMS): "O texto do Beto Pereira é muito bom e atende muito bem os princípios do projeto." Entre as principais mudanças no texto aprovado na Câmara estão a possibilidade de que o contribuinte que for bom pagador negocie o valor das garantias, impedir a execução de garantias antes do fim dos processos judiciais e que o **Carf** faça a mediação de conflitos entre a interpretação da Receita e órgãos reguladores.

A CAE deverá apreciar o relatório na terça-feira (22), mas Otto conta que haverá pedido de vista por parte de colegas. O presidente do colegiado, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), deve conceder vista coletiva de 24 horas. Com isso, a votação do parecer ficaria para uma sessão na quarta-feira (23).

O problema, segundo Vanderlan, é que a CAE realizará uma audiência pública do grupo de trabalho

da **reforma tributária** na quarta-feira (23). Assim, o colegiado teria que se reunir duas vezes no mesmo dia. "Vou alinhar com o Otto porque temos audiência pública da **reforma tributária** às 14h. Só se fizermos [a sessão] na parte da manhã.

Outra medida para elevar a arrecadação no radar do Ministério da Fazenda é a ideia de taxar fundos "offshore" (fora do país).

O projeto enfrenta resistência no Parlamento, mas a pasta não pretende desistir do plano, afirmou ao Valor uma fonte de governo envolvida nas negociações.

São dois os argumentos. O primeiro é que a medida é necessária para ajudar o governo a arrecadar mais e cumprir a promessa de zerar o déficit primário no ano que vem. A taxaçoão pode render até R\$ 4 bilhões por ano. O segundo argumento é que a medida é justa do ponto de vista tributário. "Uns poucos brasileiros têm mais de R\$ 1 trilhão no exterior e não pagam nada de IR [Imposto de Renda] sobre os rendimentos. Não tem cabimento", afirmou a fonte.

A medida também é necessária para compensar a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. Caso não seja aprovada, o governo terá de recorrer a outra medida de compensação, mas a equipe econômica entende que a taxaçoão dos rendimentos das offshore é a saída mais adequada. "A tributação anual [das offshore], no mesmo nível da tributação dos brasileiros comuns, cobrirá o dobro do custo do aumento da faixa do IR para mais de 30 milhões de brasileiros", explicou uma fonte.

"Não estamos querendo nada demais", ressaltou.

## Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Relator do projeto do **Carf** deve manter texto da Câmara

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187634>

# Ibovespa amarga 12ª queda seguida

**Matheus Prado e Augusto Decker De São Paulo**

As incertezas em relação ao ciclo de aperto de juros nos Estados Unidos, reiteradas na ata da decisão do Federal Reserve (Fed, banco central americano), mais a queda dos papéis da Eletrobras, com ruídos políticos, sentenciaram o Ibovespa à sua 12ª queda consecutiva ontem. Essa sequência de quedas nunca havia ocorrido com o índice, segundo levantamento do Valor Data. A sessão também foi marcada pelo vencimento de opções.

O Ibovespa caiu 0,50%, aos 115.592 pontos. Nos últimos 12 pregões, o recuo foi de 5,21%. "Este período nos lembrou que fazemos parte dos mercados globais e os juros dos EUA, em nossa opinião, influenciaram a fraqueza aqui", resumem analistas do Citi liderados por Antonio Junqueira. Ainda assim, o banco americano mantém visão otimista sobre as ações locais, dada a combinação de juros em queda e preços atrativos.

Para o chefe de pesquisas da Guide Investimentos, Fernando Siqueira, há mais elementos que explicam a derrocada da bolsa no curto prazo. No exterior, além do movimento negativo nos mercados americanos, a fraqueza dos dados de atividade da China não tem ajudado. No Brasil, a temporada de balanços fraca piorou o humor.

"O mercado está penalizando com mais força o noticiário micro ruim, até porque a alta recente permitiu esse movimento de correção.

Nessa linha, enxergo ainda uma questão técnica. Os fundos multimercados locais aumentaram sua exposição à bolsa para um nível razoavelmente alto, o que também já indicava espaço para um ajuste de posições no curto prazo", diz.

O executivo nota, ainda, que parecem faltar gatilhos de alta para a bolsa local nesse momento. Siqueira lembra que o investidor estrangeiro, que ajudou a sustentar a modalidade em julho, está sacando recursos da B3 em agosto - retirou R\$ 7,37 bilhões até dia 14. "Se as condições globais melhorarem, podemos voltar a ter mais fluxo para o mercado local", resume.

Na sessão, a piora das ações ON e PNB da Eletrobras, que fecharam o dia com quedas de 3,56% e 4,43%, respectivamente, coincidiu com a notícia de que a Procuradoria-Geral da República (PGR) opinou

pela derrubada do trecho da lei de desestatização da Eletrobras que reduziu o poder de voto da União, em parecer encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

"Além da saída do presidente [Wilson Ferreira, que renunciou nesta semana], que pressionou os papéis, o barulho político voltou com força. Alguns agentes tentaram até relacionar o apagão com a privatização da empresa.

Investidores são sensíveis a esses discursos", diz Antonio Heluany, sócio da Taruá Capital.

O aumento do ruído na Eletrobras anulou, inclusive, o sentimento oposto nas ações da Petrobras (ordinárias subiram 2,95% e preferenciais avançaram 2,20%). Depois de a empresa reajustar os preços dos combustíveis e negar informações sobre negociação de acordo com a União, no contexto do projeto de lei do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o presidente da estatal, Jean Paul Prates, disse que realizará quantos reajustes forem necessários.

"O reajuste surpreendeu pela magnitude, que por si só coloca cerca de R\$ 6 bilhões no caixa da companhia, e por não ter causado barulho político depois. Em relação aos passivos, a empresa tem R\$ 50 bilhões em discussão no **Carf**. Muitos analistas já embutem esses riscos no valuation e, caso haja algum pagamento, desde que não do valor cheio à vista, pode ser lido como um compromisso de boa vontade entre gestão e União, o que pode ter impacto em negociações futuras", diz Heluany.

Também sob efeito das incertezas externas, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 subiu de 10,21% para 10,23%. E o dólar teve ligeira queda de 0,01%, a R\$ 4,9863.

## Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE  
Ibovespa amarga 12ª queda seguida

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187634>

# Reforma ministerial próxima

**Rafaela Gonçalves**

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que a **reforma ministerial** deve ocorrer em breve. As mudanças a serem feitas na Esplanada foram alinhadas pelo governo federal com integrantes do Centrão, em busca de ampliar a base de apoio no Congresso.

"Quem troca e anuncia novo ministro é o presidente da República.

Eu diria que está muito perto de ele anunciar o que vai fazer", disse Costa no programa Bom Dia, Ministro, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

O titular da Casa Civil se negou a antecipar os nomes que devem deixar o cargo para que o governo receba os deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), que foram confirmados pelo Planalto como futuros ministros. Segundo Costa, as demissões devem ser formalizadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos próximos dias.

A votação do novo arcabouço fiscal, matéria considerada prioritária para o Executivo, foi novamente adiada nesta semana devido ao imbróglio. A ala política espera resolver o desenho da reforma até o fim desta semana, antes de o presidente embarcar para a Cúpula do Brics, na África do Sul.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/17/all.pdf>**

# Ministras são "atacadas" para ceder cargo a homens, diz Guajajara

**NATÁLIA SANTOS**

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, afirmou que as ministras do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva são "atacadas" todos os dias quando há uma investida para retirá-las das pastas que comandam para entregar o espaço a homens. O governo articula uma troca ministerial em busca de maior apoio no Congresso e os ministérios ocupados por mulheres estão entre os mais cobiçados por novos apoiadores.

"É a primeira vez que nós temos o maior número de mulheres ministras na Esplanada dos Ministérios. E, por ser a primeira vez, nós somos atacadas todos os dias, quando querem tirar ainda de nós esse lugar e entregar para os homens. Mas, juntas, nós não vamos permitir", disse Guajajara anteontem, na abertura da Marcha das Margaridas. A manifestação é realizada por trabalhadoras rurais do Brasil, desde 2000, em busca de direitos trabalhistas.

**RECORDE.** Ao assumir o terceiro mandato, Lula registrou uma participação feminina recorde na Esplanada dos Ministérios em relação a todo o período pós-redemocratização.

Foram 11 ministras convocadas e confirmadas, duas a mais que o recorde anterior, de Dilma Rousseff (PT), que assumiu a Presidência em 2011 com nove ministras.

Após pouco mais de cinco meses de governo, a primeira troca ministerial a partir de negociações com o Centrão foi de uma mulher. Daniela Carneiro, então ministra da pasta do Turismo, deixou o cargo no dia 14 de julho e, no lugar, assumiu o deputado Celso Sabino (União Brasil-PA).

Filiada ao União Brasil, Daniela era considerada pelo partido uma escolha pessoal de Lula. Como a então ministra recorreu à Justiça Eleitoral para deixar a legenda, o União Brasil passou a pressionar o Planalto, por mais de um mês, para trocá-la por Sabino. Lula, contudo, queria planejar uma "saída honrosa" da agora ex-ministra, colocando-a em uma vice-liderança do governo na Câmara.

Entre os cargos cobiçados pelos partidos na reforma da Esplanada, estão os de Ana Moser (Esportes),

Nísia Trindade (Saúde) e Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação).

**BASE.** A **reforma ministerial** negociada por Lula mira, sobretudo, ampliar a participação do Centrão no governo, ao nomear deputados indicados por PP e Republicanos como ministros. Para o entorno do presidente, a federação PSDB-Cidadania também deveria ser contemplada - ou pelo menos convidada - a participar do Executivo e integrar a base no Congresso.

Os nomes do Centrão já foram escolhidos: são André Fufuca (PP-MA) e Silvío Costa Filho (Republicanos-PE). As pastas, entretanto, ainda são uma questão a ser resolvida pelo governo. |

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo corre para evitar "corte" de R\$ 200 bi no Orçamento 2024

**BIANCA LIMA BRASÍLIA**

O governo tem exatamente duas semanas para resolver o conflito com a Câmara dos Deputados - agravado pela fala do ministro da Fazenda, Fernando Haddad - evitando, assim, um "corte" de cerca de R\$ 200 bilhões no Orçamento de 2024, o primeiro elaborado pelo atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A cifra foi calculada por economistas do mercado e técnicos do Congresso a pedido do Estadão.

Se a nova regra fiscal não for sancionada até 31 de agosto, o Orçamento do próximo ano terá de ser baseado na atual regra do teto de gastos, que restringe o crescimento das despesas apenas à variação da **inflação**.

Isso levaria, portanto, a uma redução bilionária na previsão de verbas públicas, as quais só poderiam constar do Orçamento de forma condicionada, contando com uma futura aprovação do arcabouço.

A hipótese leva apreensão à equipe econômica, que está debruçada sobre a peça orçamentária com um duplo desafio: cumprir as promessas de campanha do presidente Lula, o que implica acomodar novos gastos, e tentar viabilizar a meta de zerar o rombo das contas públicas em 2024, considerada pouco factível pelo mercado.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse na terça-feira que o grande desafio para a elaboração do Orçamento "é o tempo", mas disse confiar no trabalho do Congresso.

**RESISTÊNCIA.** As lideranças partidárias - insatisfeitas com a demora na **reforma ministerial** e na liberação de emendas, e agora também irritadas com Haddad - saberão usar esse fator a seu favor, aumentando o preço cobrado do governo pela aprovação de propostas de interesse da gestão.

A equipe econômica considera, porém, que o risco de um Orçamento enxuto também é dos próprios parlamentares - que, na versão sem o arcabouço, não teriam espaço para as emendas que vêm pleiteando.

Nos bastidores, parlamentares dizem que as declarações de Haddad sobre o aumento de poder da

Câmara e o "parlamentarismo sem primeiro-ministro" criaram um caminho sem volta e que o governo terá de se acostumar.

Nos últimos meses, o ministro da Fazenda vinha conseguindo blindar a pauta econômica dos atritos entre Lula e o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL) - algo raro para políticos que comandam o cofre do governo.

Neste início de segundo semestre, porém, Haddad começou a sentir a resistência da Câmara em aprovar o pacote de medidas arrecadatórias, principalmente as que miram os mais ricos, como a taxa de fundos exclusivos e offshore (fora do País). Apesar do desgaste, Lira prometeu pautar o projeto na próxima terça-feira.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Deputados pedem prorrogação a Lira e volta de opositores

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Pedro Lupion (PP-PR), e o presidente da CPI do MST, Coronel Zucco (Republicanos- RS), foram recebidos na manhã de ontem pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em sua residência oficial. Ambos pressionaram pela prorrogação dos trabalhos do colegiado e a volta dos deputados que foram tirados da CPI após movimentação do governo.

Segundo Lupion, o presidente da Câmara prometeu recompor os quadros da comissão com opositores ao governo. Procurado para falar sobre o assunto, Lira não retornou.

Após o esvaziamento da CPI promovido por siglas do Centrão, que negociam a entrada no governo em **reforma ministerial**, houve o cancelamento de convocação do ministro da Casa Civil, Rui Costa. Com a nova correlação de forças, Zucco chegou a declarar que os parlamentares haviam desistido de prorrogar a CPI.

-Tratou-se de um encontro do presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária com o presidente da Câmara, simples assim. Fora isso, há muita vaidade. Lira ouviu todos os nossos pedidos e prometeu colaborar. Ele está focado nas discussões sobre o arcabouço e disse que foi "necessário" impedir a vinda do Rui Costa à CPI, mas que acredita na eficácia dos trabalhos -afirmou Lupion.

A tentativa de reverter o esvaziamento da comissão gerou um embate nos corredores da Câmara entre Lupion e o relator da CPI, deputado Ricardo Salles (PL-SP). O relator foi excluído do encontro com Lira, que prometeu, segundo Lupion, avaliar a ampliação do prazo da CPI -o que afeta diretamente os trabalhos do grupo e a confecção do relatório final, que será redigido por Salles.

Ao se encontrarem no corredor que dá acesso às comissões, Lupion e Salles tiveram uma discussão, que foi amenizada pela intervenção da deputada Caroline de Toni (PL-SC). Salles questionou a condução dos diálogos e o motivo de não ter sido consultado, apesar de ser designado para a relatoria. Em mais de um momento, os dois bateram boca com o dedo em riste.

Após a discussão, Salles evitou falar da falta de

convite para participar do encontro: -Foi organizado pelo Lupion.

Pergunte a ele.

**NEGOCIAÇÃO POR PASTAS** Em meio às negociações entre PP e Republicanos, partidos do Centrão, com o Palácio do Planalto para assumirem ministérios, o presidente da Câmara anulou, na semana passada, a convocação de Rui Costa pela CPI. A medida foi tomada horas antes do início do depoimento.

Em outra frente, partidos como o Republicanos decidiram desligar da comissão deputados bolsonaristas. Diante dos dois movimentos, a cúpula da CPI desistiu de pedir a prorrogação de seus trabalhos por mais 60 dias.

Na decisão que cancelou o depoimento, Lira afirmou que "não se demonstrou no requerimento a conexão entre as atribuições do ministro da Casa Civil da Presidência da República e os fatos investigados pela CPI sobre o MST". A medida foi tomada após reclamação do deputado governista Nilto Tatto (PT-SP).

Já o movimento para mudar a composição do colegiado que mira o MST começou com o líder do Republicanos na Câmara, Hugo Motta (PB). Na última terça-feira, ele formalizou o desligamento de dois bolsonaristas: Messias Donato (ES) e o suplente Diego Garcia (PR).

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Reforma Tributária pode coibir mercado de produtos ilegais

**Fernanda Strickland**

O governo deve aproveitar as boas chances de aprovar a **reforma tributária** para tentar criar um ambiente de mais equilíbrio a determinados setores que, junto com o país, sofrem com a concorrência desleal do contrabando.

Em 2022, a estimativa das perdas econômicas da pirataria chegaram a R\$ 410 bilhões. Trata-se de somatório de R\$ 280,8 bilhões em prejuízos registrados por 14 setores industriais - subtraídos pela ilegalidade - com R\$ 129,2 bilhões em **impostos** que deixaram de entrar nos cofres públicos. Um dos setores mais afetados é o esportivo.

Para debater o assunto, o Correio promove, no próximo dia 22, em parceria com o Fórum Nacional contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP), o seminário CB Debate - **Reforma Tributária**: Uma oportunidade para o combate ao mercado ilegal. Autoridades e especialistas vão discutir como as mudanças na **legislação tributária** podem ser um poderoso catalisador na erradicação das práticas ilegais de mercado.

O diretor executivo da Associação pela Indústria e Comércio Esportivo (Ápice), Renato Jardim, explicou que setor esportivo é vítima de altíssima intensidade de ilegalidade no mercado.

"Essa ilegalidade é bastante danosa ao setor. Grandes marcas globais estão presentes no mercado esportivo e são elas, comumente, alvo dessa prática de pirataria.

Essa pirataria é produzida aqui no Brasil e também é trazida do exterior para o mercado brasileiro", disse.

Segundo Jardim, o setor tem estudos que indicam que 35% do mercado nacional no setor esportivo é ocupado por produtos ilegais. "Isso representa algo como 150 milhões de peças por ano de produtos piratas sendo vendidas no mercado nacional.

Ou seja, tem uma perda de algo como R\$ 9 bilhões para as marcas esportivas que atuam no Brasil, e cerca de R\$ 2 bilhões de perda de arrecadação para o governo federal.

"É claro que o grande prejuízo é para o próprio consumidor, que compra produtos de péssima qualidade, produzidos em condições muito ruins, do ponto de vista ambiental, social e trabalhista. É aquela questão em que o barato sai caro. Ele acaba sendo muito prejudicado, tanto em relação à sua saúde, quanto ao seu bolso também, já que tem que comprar duas vezes ou mais", afirmou o presidente do Ápice.

De acordo com Jardim, é evidente que um dos fatores que levam a essa alta escala de produtos piratas no mercado é a carga tributária. "O setor esportivo brasileiro é altamente tributado.

Nós chegamos a ter 35% de alíquota do Imposto de Importação em diversos produtos esportivos, a mais alta alíquota do mundo nesse segmento. Há também 20% de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que representa uma alíquota aplicada a supérfluos, o que é incoerente e incompatível com produtos esportivos", pontuou.

"Além disso, há 25% de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e 9,25% de PIS/Cofins. Enfim, uma série de **impostos** com as mais altas alíquotas, que encarem muito o preço do produto para o consumidor no mercado formal", completou. Para Jardim, uma **reforma tributária** bem calibrada, e considerando todos os aspectos de crédito e débito, poderá trazer maior competitividade para o segmento formal. Dessa forma, seria gerada oferta maior, mais diversificada, com mais faixas de modelos e de preços para os consumidores, com uma concorrência mais equilibrada com os produtos ilícitos.

"Estudos indicam que 35% do mercado nacional no setor esportivo é ocupado por produtos ilegais.

Isso representa algo como 150 milhões de peças por ano" Renato Jardim, presidente da Ápice

## Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

**Reforma Tributária** pode coibir mercado de produtos ilegais

## Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/08/17/all.pdf>

# A necessária reforma tributária sobre o consumo (Artigo)

**CRISTIANE AJ SCHMIDT** *Doutora pela EPGE/FGV, ex-secretária da Economia de Goiás, Conselheira do Cade e colaboradora do Instituto Millenium*

A Proposta de Emenda Constitucional 45 (PEC 45) é a primeira fase da **Reforma Tributária** - relativa ao consumo -, que **unifica cinco tributos** (IPI, PIS, COFINS, ISS e ICMS) em dois: um federal, o CBS; e outro, que engloba os demais entes, o IBS. Fala-se em "primeira etapa", porque à frente virão outras Reformas, como a da renda e a da folha. Conquanto as outras possam ter caráter distributivo, a PEC 45 objetiva aumentar a produtividade da economia, com foco no crescimento sustentado do Brasil.

Talvez por isso a reforma do consumo tenha vindo antes das demais: a sua urgência.

Foi uma decisão política feita no início do governo Bolsonaro. Em 2019, o deputado Baleia Rossi apresentou a PEC 45, cujo conteúdo foi embasado em estudo do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), e o senador David Alcolumbre, a PEC 110, baseada em proposta do deputado Luiz Carlos Hauly (PEC 293/2004). O governo federal, por sua vez, propôs o Projeto de Lei 3887, em 2020, com a instituição da CBS. O Comitê de Secretários de Fazenda, Economia e Tributação (Comsefaz) alvidrou modificações nas PECs através das emendas 192 (PEC 45) e 21 (PEC 110); e uma carta em apoio a estas PECs foi assinada em 2022 pelos 27 governadores.

Depois de 30 anos de discussão, ambos os poderes e os estados entenderam que era o momento para avançar sobre os pontos que impediam a sua aprovação no Congresso Nacional.

Em 2023, destarte, os presidentes da Câmara e do Senado e o relator, com apoio do Ministro da Fazenda, optaram por tramitar a PEC 45, incluindo aspectos da PEC 110, das emendas do Comsefaz e das contribuições da sociedade. O debate, assim, foi intenso e independente de partido político ou de governo.

Trata-se de uma reforma em prol do Brasil.

Não por menos, houve aprovação expressiva da PEC 45 na Câmara (382 a favor no primeiro turno e 375 no segundo).

Enfatiza-se que o propósito desta reforma é criar os incentivos para que a produtividade da economia brasileira aumente. Não é uma condição suficiente, mas é necessária. O foco não é aumentar a eficiência da máquina pública (ainda que isso ocorrerá), mas tirar as pedras do caminho do setor privado. Deveras, ambiciona-se atacar um dos eixos do "custo Brasil", que impossibilita que o Brasil cresça sustentavelmente.

As dificuldades burocráticas, estruturais e trabalhistas afetam negativamente o ambiente de negócios, encarecem os custos logísticos, comprometem os investimentos e desfavorecem o crescimento econômico e a sua eficiência. É isso que esta Reforma (não qualquer uma, mas esta, a da PEC45) endereçará.

Observa-se que, no tocante aos **tributos**, há dois tipos de "custos Brasil".

Um destes refere-se à elevada carga tributária que o Brasil tem hoje (34% do **PIB**) vis-à-vis a de seus pares (15% a 25% do **PIB**), o que diminui a competitividade do país. Outro tipo, diz respeito à sua complexidade. A PEC 45 foca no segundo ponto, mirando a simplificação e a transparência. No lugar de 5.568 legislações municipais, 27 estaduais e as federais (todas extensas, confusas e com diversas exceções), haverá uma legislação, com interpretação uniforme em todo o país e com os fiscos atuando coordenadamente. Com isso, o contencioso tributário reduzirá drasticamente, logo, a necessidade de se ter um "arsenal" de contadores e advogados. O tempo e o dinheiro do empresário serão canalizados para a sua produção e geração de emprego e renda, não em lidar com as diversas burocracias.

A PEC 45, por sua vez, não alterará a atual carga tributária. Será mantida a arrecadação daqueles cinco **tributos** como proporção do **PIB**.

Para isso ocorrer com a menor alíquota possível, é necessário tempo de transição para, sobretudo, observar como reagirá o "gap de conformidade" (sonegação, elisão fiscal, inadimplência e judicialização), cuja redução permite manter a arrecadação com uma alíquota menor. Para além desta incerteza, desconhece-se, também, quais

exceções constarão do texto final (quanto mais tratamentos favorecidos, maior a alíquota).

Logo, ainda que se faça hipóteses hoje sobre uma alíquota estimada, esta será endógena às decisões do Congresso e ao processo em si.

Em suma, conquanto o debate sobre as despesas públicas seja urgente, para que se possa reduzir a carga tributária, é fato que dirimir a complexidade tributária é condição necessária para que o contribuinte, que paga muito imposto e recebe péssimos serviços pelo estado, possa ser mais produtivo e competitivo. A PEC 45 é um importante início. Que o Senado a lapide com cuidado.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/17/all.pdf>**

# Montadoras estão no centro do embate entre governadores

**MARIANA BARBOSA**

O embate entre os governadores do consórcio Sul-Sudeste e os do Nordeste -que aflorou com as declarações do governador de Minas Gerais, Romeu Zuma -tem endereço: o aceno do governo com incentivos federais até 2032 para as montadoras BYD e Stellantis no Nordeste.

Os ânimos no setor automotivo se acirram com a revelação de uma emenda batizada de "Emenda Lula", que propunha estender para 2032 os benefícios fiscais hoje gozados por Stellantis, dona da Fiat, incluindo no pacote também a chinesa BYD.

A medida, na forma do artigo 19 da emenda aglutinativa da PEC da **Reforma Tributária**, não passou por um voto na Câmara -mas a sua apresentação pela Casa Civil revelou para as montadoras concorrentes, localizadas no Sul e no Sudeste, a intenção do governo de favorecer os estados do Nordeste. A tentativa de ampliar o benefício ainda poderá voltar na forma de um novo projeto de lei ou como emendas à reforma no Senado.

**ACENOS A CHINESA** Os benefícios para as montadoras que se instalam no Nordeste datam de 1997 (lei 9.440). Desde então, seus prazos foram sendo renovados sucessivamente, de cinco em cinco anos. A Stellantis, cuja fábrica da marca Jeep fica em Pernambuco, e a baterias Moura são as únicas empresas hoje habilitadas pelo artigo 11.c da lei 9.440 e gozam de subsídios até 2025. Não é possível incluir a BYD, que já garantiu isenções do tributo estadual com o governo da Bahia, nessa legislação, mas a gigante chinesa pode se beneficiar de um novo projeto de lei em que os prazos seriam estendidos até 2032.

Este é o ano final do prazo de transição previsto na **Reforma Tributária**, que quer pôr fim à chamada guerra fiscal.

O presidente da Stellantis para América Latina, Antonio Filosa, vem fazendo acenos à BYD, propondo parcerias para desenvolvimento de fornecedores no Nordeste e dizendo ver com bons olhos a chegada da empresa ao Brasil.

Concorrentes veem o movimento de Filosa como uma tentativa da Stellantis de negociar um acordo

comercial para a compra de motores elétricos em troca de extensão dos benefícios do artigo 11.c em uma joint venture. Isso daria ao grupo uma vantagem na corrida pela mobilidade elétrica. Procuradas, a Stellantis não confirma, e a BYD nega qualquer diálogo nesse sentido.

**MINAS, RS E ESTADO DO RIO** Achinesa tem mostrado bom relacionamento com o ministro da Casa Civil e ex-governador da Bahia, Rui Costa, e o atual governador do estado, Jerônimo Rodrigues.

Eles serão os convidados de honra de um jantar que a BYD promove hoje em São Paulo, que tem por tema a "reindustrialização da indústria automotiva no Brasil".

Nas conversas com o governo, a BYD tem declarado que pode ampliar ainda mais os investimentos previstos para o Brasil se, além dos incentivos estaduais, tiver benefícios federais (crédito presumido de IPI).

O temor de Zema é que a extensão dos benefícios para a Stellantis em Pernambuco leve ao enfraquecimento dos investimentos da montadora em Betim (MG), onde fica a fábrica da Fiat. A GM fica no Rio Grande do Sul, de Eduardo Leite, que manifestou apoio a Zema. No Rio ficam a Volkswagen e as marcas Peugeot e Citroën (ambas da Stellantis), e o governador fluminense, Cláudio Castro, também endossou as declarações de Zema no sentido de fortalecer uma articulação entre Sul e Sudeste nas negociações em torno da **Reforma Tributária**.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Reforma tributária poderá elevar custo do ITCMD em nove Estados

**Bárbara Pombo De Brasília**

O custo da transmissão de patrimônio por herança ou doação poderá subir em ao menos nove Estados, se a **reforma tributária** - que simplifica o atual sistema - for sancionada como está. Pelo texto, aprovado pela Câmara dos Deputados e agora sob análise do Senado, o imposto que incide sobre essas operações, o ITCMD ou ITD, passará a ser obrigatoriamente progressivo, aumentando conforme for maior o montante recebido.

A expectativa de aumento do tributo e o fechamento de brechas para planejamento tributário na sucessão têm levado advogados a criarem estratégias para que bens sejam transmitidos com a carga tributária atual (leia abaixo).

Pesa na expectativa de aumento do ITCMD, segundo advogados que atuam com planejamento patrimonial e sucessório, o fato de o Senado ter na mesa uma proposta que pretende dobrar de 8% para 16% o teto da alíquota do imposto no país. O Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2019, não avançou nos últimos anos, mas, agora, aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Levantamento feito pelo escritório Regina Beatriz Tavares da Silva Sociedade de Advogados (RBTSSA), a pedido do Valor, aponta que apenas 10 dos 26 Estados e do Distrito Federal aplicam a alíquota máxima sobre a transmissão de patrimônio. "A discussão sobre o aumento do teto do ITCMD pode tomar novos rumos com a evolução dos trâmites da **reforma tributária** no Senado", diz Luís Eduardo Tavares dos Santos, sócio do RBTSSA.

"Nenhum senador quer assinar esse tipo de aumento, mas em um contexto de reforma, pode acabar sendo aprovado junto", acrescenta o advogado Marco Bassit Mello Cunha, da mesma banca.

Nos últimos anos, alguns Estados já fizeram movimentos para elevar a alíquota e chegar ao teto de 8%, de acordo com Daniel Zugman, sócio do BVZ Advogados.

"A reforma aumenta a pressão e traz novamente o assunto para a mesa", afirma.

Diretor institucional do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), André Horta, diz, no entanto, que o assunto não está em debate entre os governos estaduais.

"A Constituição deveria prever uma alíquota mínima para não gerar guerra fiscal. Sem esse piso, que deveria ser de 8%, não há incentivo para aumentar a tributação", afirma.

Advogados chamam atenção que o texto da **reforma tributária** não define critérios ou padrões objetivos para a progressividade do ITCMD. "O aumento da carga vai depender de como isso será estabelecido por cada Estado, o que pode ser alvo inclusive de disputa entre eles", diz Juliana Cardoso, sócia do escritório Humberto Sanches e Associados.

Para parte dos especialistas, a taxa de heranças e doações é baixa no Brasil em comparação com outros países. Entre os membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a média cobrada é de 15%, segundo a Tax Foundation.

Zugman pondera que é preciso analisar o sistema tributário como um todo para avaliar o peso da tributação sobre herança. "Há países que autorizam deduções e depreciações para chegar ao real valor de mercado dos ativos e no Brasil não tem isso", afirma ele.

"Além disso, temos Imposto de Renda, ITBI, IPVA, IPTU e ITR e isso deve ser levado em conta." Por ser impopular entre a parcela mais rica do eleitorado, esse aumento também depende do timing político e do poder dos governadores frente às bancadas nas assembleias legislativas, segundo especialistas.

"O poder dos deputados estaduais é muito grande nas [eleições] municipais porque ajudam a eleger seus candidatos.

Razão pela qual podem fazer uma pressão oposta a isso para, pelo menos, postergar o debate", diz Leandro Consentino, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professor no Insper.

Consentino acrescenta que não está dado que a

**reforma tributária** passe "tão tranquilamente" no Senado, que é composto por 81 parlamentares: três para cada um dos 26 Estados e o Distrito Federal. "A discussão do [Romeu] Zema [governador de Minas Gerais] com os governadores do Nordeste e as batalhas por exceções podem fazer com que respingue problema para tudo quanto é lado", diz.

Atualmente, nada impede que os Estados instituíam a tributação progressiva do imposto sobre heranças. Tanto é assim que em 17 Estados e no Distrito Federal a cobrança é escalonada de acordo com o valor do patrimônio transmitido, segundo levantamentos feitos pelos escritórios RBTSSA e Humberto Sanches e Associados.

Com o atual texto da reforma, no entanto, essa forma de cobrança passa a ser obrigatória, o que levaria nove Estados que aplicam alíquotas fixas a terem que alterar suas legislações.

São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul estão nessa lista.

São Paulo cobra uma alíquota única de 4%; Minas Gerais, de 5%.

No Mato Grosso do Sul é de 6% para heranças e 3% para doações.

Piauí tem uma situação única: alíquota fixa sobre doações e progressiva para heranças.

Projetos de lei instituindo a progressividade do ITCMD com alíquotas mais elevadas que as atuais já foram propostos nas assembleias legislativa de São Paulo, de Minas e do Amazonas (que aplica alíquota única de 2%). Mas não avançaram, de acordo com mapeamento feito pelos escritórios BVZ Advogados, RBTSSA Humberto Sanches e Associados.

Na assembleia paulista, dois projetos de lei em andamento preveem a progressividade, mas com alíquotas entre 0,5% e 1% - menores que os 4% fixos aplicados hoje (PL nº 511 e PL nº 529, de 2020). No ano passado, o ITCMD gerou uma arrecadação de R\$ 4,1 bilhões em São Paulo.

Na assembleia do Estado de Goiás, que já cobra o imposto progressivo de 2% a 8%, também há proposta para reduzir a tributação, de 0,5% a 1% (PL nº 10.984, de 2022).

Projeto fecha brechas para planejamentos

Advogados têm desenhado estratégias para clientes adiantarem a transmissão de patrimônio, aproveitando as alíquotas atuais do imposto que recai sobre

heranças e doações - o ITCMD ou ITD, conforme a sigla adotada por cada Estado.

As orientações vêm sendo feitas diante da perspectiva de aumento do imposto com a **reforma tributária**, que torna obrigatória a cobrança progressiva.

Mas o movimento também é alavancado por outro fator. O texto da reforma, aprovada na Câmara dos Deputados e sob análise agora do Senado, fecha, segundo advogados, brechas para planejamentos que reduzem a tributação nas transferências de propriedade.

Pelo substitutivo à PEC 45, o ITCMD poderá passar a ser recolhido apenas no Estado onde morava o falecido ou mora o doador. Com isso, cai a possibilidade atualmente permitida pela Constituição de pagar o imposto no local onde o inventário extrajudicial é processado.

Essa regra vale somente para transferência de bens móveis, como aplicações financeiras. Em caso de imóveis, permanece a exigência de recolhimento no local onde está a propriedade.

O que ocorre hoje, explicam advogados, é que os herdeiros abrem um inventário em cartórios de São Paulo, por exemplo, onde a tributação é mais favorecida e onde recolhem o imposto sobre aplicações financeiras. Se houver uma propriedade no Estado do Mato Grosso recolhem o imposto relativo a esse bem nesse Estado.

"Essa engenharia é bastante comum e a mudança prevista pode ter impacto significativo nela e no imposto a recolher", afirma o advogado Luís Eduardo Tavares dos Santos, sócio do Regina Beatriz Tavares da Silva Sociedade de Advogados.

A orientação do advogado aos clientes tem sido antecipar doações para futuros herdeiros de modo a garantir a aplicação de alíquotas do ITCMD já conhecidas.

"É possível fazer doação com reserva de usufruto [do bem] para o pai, por exemplo. Ou em estruturas de sociedades patrimoniais é viável fazer doação de imóveis para os filhos com reserva de usufruto político e econômico para o doador, que continua com todo o direito de usar, vender e alugar o bem", diz.

Juliana Cardoso, sócia do Humberto Sanches e Associados, pondera que a questão fiscal não é o único elemento para definir planejamentos sucessórios, inclusive porque as alíquotas do imposto ainda são baixas no Brasil.

"Não acho que deve haver uma corrida sem que o núcleo familiar tenha definido suas intenções de sucessão patrimonial no curto, médio e longo prazos", afirma.

Famílias com bens no exterior também podem vir a ser impactadas com outra mudança prevista na PEC da reforma. O texto prevê uma regra de transição para a tributação de heranças e doações no exterior, enquanto o Congresso não editar lei complementar sobre o tema.

Érico Pilatti, sócio do Cepeda Advogados, afirma que, a partir da aprovação da emenda à Constituição, os Estados terão que editar leis locais para cobrar o imposto e respeitar as anterioridades anual e nonagesimal (90 dias).

"Entendo que a cobrança retroativa, com base em lei julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal [STF], não seria possível. Mas pode haver ruído com as procuradorias", diz.

Durante a pandemia, o STF vedou, diante da ausência de lei complementar, a cobrança do ITCMD de residentes que recebem doação ou herança de bens que estão fora do país ou foram enviados por domiciliados no exterior (RE 851.108). Em junho do ano passado, deu um ano para o Congresso editar a norma, o que não aconteceu.

"Nenhum senador quer assinar esse tipo de aumento, mas em um contexto de reforma, pode acabar sendo aprovado junto" Marco B. M. Cunha

" As alíquotas do imposto ainda são baixas no Brasil"  
Juliana Cardoso

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187634>

# Artigo: A necessária reforma tributária sobre o consumo

*Correio Braziliense*

CRISTIANE AJ SCHMIDT - A Proposta de Emenda Constitucional 45 (PEC 45) é a primeira fase da **Reforma Tributária** - relativa ao consumo -, que unifica cinco **tributos** (IPI, PIS, COFINS, ISS e ICMS) em dois: um federal, o CBS; e outro, que engloba os demais entes, o IBS. Fala-se em "primeira etapa", porque à frente virão outras Reformas, como a da renda e a da folha. Conquanto as outras possam ter caráter distributivo, a PEC 45 objetiva aumentar a produtividade da economia, com foco no crescimento sustentado do Brasil.

Talvez por isso a reforma do consumo tenha vindo antes das demais: a sua urgência. Foi uma decisão política feita no início do governo Bolsonaro. Em 2019, o deputado Baleia Rossi apresentou a PEC 45, cujo conteúdo foi embasado em estudo do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), e o senador David Alcolumbre, a PEC 110, baseada em proposta do deputado Luiz Carlos Haully (PEC 293/2004). O governo federal, por sua vez, propôs o Projeto de Lei 3887, em 2020, com a instituição da CBS. O Comitê de Secretários de Fazenda, Economia e Tributação (Comsefaz) alvidrou modificações nas PECs através das emendas 192 (PEC 45) e 21 (PEC 110); e uma carta em apoio a estas PECs foi assinada em 2022 pelos 27 governadores.

Depois de 30 anos de discussão, ambos os poderes e os estados entenderam que era o momento para avançar sobre os pontos que impediam a sua aprovação no Congresso Nacional. Em 2023, destarte, os presidentes da Câmara e do Senado e o relator, com apoio do Ministro da Fazenda, optaram por tramitar a PEC 45, incluindo aspectos da PEC 110, das emendas do Comsefaz e das contribuições da sociedade. O debate, assim, foi intenso e independente de partido político ou de governo. Trata-se de uma reforma em prol do Brasil. Não por menos, houve aprovação expressiva da PEC 45 na Câmara (382 a favor no primeiro turno e 375 no segundo).

Enfatiza-se que o propósito desta reforma é criar os incentivos para que a produtividade da economia brasileira aumente. Não é uma condição suficiente, mas é necessária. O foco não é aumentar a eficiência da máquina pública (ainda que isso ocorrerá), mas tirar as pedras do caminho do setor privado. Deveras,

ambiciona-se atacar um dos eixos do "custo Brasil", que impossibilita que o Brasil cresça sustentavelmente. As dificuldades burocráticas, estruturais e trabalhistas afetam negativamente o ambiente de negócios, encarecem os custos logísticos, comprometem os investimentos e desfavorecem o crescimento econômico e a sua eficiência. É isso que esta Reforma (não qualquer uma, mas esta, a da PEC45) endereçará. Observa-se que, no tocante aos **tributos**, há dois tipos de "custos Brasil".

Um destes refere-se à elevada carga tributária que o Brasil tem hoje (34% do **PIB**) vis-à-vis a de seus pares (15% a 25% do **PIB**), o que diminui a competitividade do país. Outro tipo, diz respeito à sua complexidade. A PEC 45 foca no segundo ponto, mirando a simplificação e a transparência. No lugar de 5.568 legislações municipais, 27 estaduais e as federais (todas extensas, confusas e com diversas exceções), haverá uma legislação, com interpretação uniforme em todo o país e com os fiscos atuando coordenadamente. Com isso, o contencioso tributário reduzirá drasticamente, logo, a necessidade de se ter um "arsenal" de contadores e advogados. O tempo e o dinheiro do empresário serão canalizados para a sua produção e geração de emprego e renda, não em lidar com as diversas

burocracias.

A PEC 45, por sua vez, não alterará a atual carga tributária. Será mantida a arrecadação daqueles cinco **tributos** como proporção do **PIB**. Para isso ocorrer com a menor alíquota possível, é necessário tempo de transição para, sobretudo, observar como reagirá o "gap de conformidade" (sonegação, elisão fiscal, inadimplência e judicialização), cuja redução permite manter a arrecadação com uma alíquota menor. Para além desta incerteza, desconhece-se, também, quais exceções constarão do texto final (quanto mais tratamentos favorecidos, maior a alíquota). Logo, ainda que se faça hipóteses hoje sobre uma alíquota estimada, esta será endógena às decisões do Congresso e ao processo em si.

Em suma, conquanto o debate sobre as despesas públicas seja urgente, para que se possa reduzir a carga tributária, é fato que dirimir a complexidade tributária é condição necessária para que o

contribuinte, que paga muito imposto e recebe péssimos serviços pelo estado, possa ser mais produtivo e competitivo. A PEC 45 é um importante início. Que o Senado a lapide com cuidado.

CRISTIANE AJ SCHMIDT , doutora pela EPGE/FGV, ex-secretária da Economia de Goiás, Conselheira do Cade e colaboradora do Instituto Millenium

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

**Site:**

**<http://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2023/08/5117650-artigo-a-necessaria-reforma-tributaria-sobre-o-consumo.html>**

# O feminicídio não acaba após o crime e governo pretende ajudar órfãos

## Correio Braziliense

A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), foi a entrevistada, de ontem, do CB.Poder - parceria entre Correio e TV Brasília . Com a bancada ocupada pelas jornalistas Denise Rothenburg e Lorena Pacheco, Celina falou de medidas que o Governo do Distrito Federal (GDF) vem tomando no sentido de prevenir o assassinato de mulheres em razão do gênero.

Na conversa, a vice-governadora revelou, em primeira mão, que o governador Ibaneis Rocha (MDB) acabara de enviar para Câmara Legislativa do DF (CLDF) um projeto de lei que garante benefício de R\$ 600 aos órfãos do feminicídio da capital. [O feminicídio] não acaba no momento em que se mata a vítima, porque tem os familiares, os filhos. Muitas dessas crianças estão passando necessidade. O pai está preso, a mãe morta e avó, por vezes, tentando dar o básico, colocar a comida na mesa , explicou Celina, que frisou, também, que o DF não tem nenhum caso de feminicídio sem solução.

As jornalistas fizeram perguntas sobre o Fundo Constitucional do DF (FCDF), o qual Celina classificou como o menor dos problemas da votação do arcabouço fiscal. Acerca de uma possível participação do PP no Governo Federal, a vice-governadora disse que acredita que cada estado deve tomar sua própria decisão sobre a adesão.

O que podemos fazer para reduzir esses dados alarmantes do feminicídio?

As estatísticas falam. As mulheres que estavam com alguma proteção, não a medida protetiva, que por si só não protege, é um papel, mas, aquela que estava com o botão do pânico e o aplicativo Viva Flor, dessas perdemos nenhuma. No dia em que tivemos o último debate aqui no Correio Braziliense, baixamos uma portaria na qual mudamos o protocolo segundo o qual não esperamos mais o Judiciário dar a medida protetiva. Nós perguntamos para essas mulheres se elas querem botar no celular o aplicativo Viva Flor.

O governador mandou à CLDF proposta de benefício de R\$ 600 para os órfãos do feminicídio. Como funcionará?

A percepção que tivemos, até com várias matérias do próprio Correio, é que o feminicídio é continuado. Não acaba no momento em que se mata a vítima, porque tem os familiares, os filhos. Muitas dessas crianças estão passando necessidade. O pai está preso, a mãe morta e a avó tentando dar o básico, colocar a comida na mesa. É um projeto que dá um suporte pós-traumático financeiro para a tutora ou tutor, desde que não seja o feminicida, que fica impedido de ver os filhos. Nosso sentimento é de acolhimento, pois a percepção de miserabilidade de muitas famílias que estão passando por esse problema é enorme. E a pessoa precisa estar cruzada com algum programa social. São R\$ 600 para cada criança, até alcançar a maioridade, ou até 21 anos, dependendo da vulnerabilidade. Nós temos, hoje, um número de 300 órfãos de feminicídio.

Como está a situação do Fundo Constitucional do DF?

Hoje, o FCDF é o menor problema dentro do arcabouço. Há um sentimento de consenso de retirada por parte de todos os líderes. O pedido do governo é que se vote o arcabouço, mas há uma insatisfação por parte de vários líderes do Congresso no tratamento a essas lideranças e do próprio formato de como isso se antecede. Até porque o presidente Arthur Lira (PP) fez várias entregas. Começou a dar governabilidade ao governo ainda no mandato passado, cuidando da PEC, votando a **reforma tributária** e votando o primeiro turno do **arcabouço**. Foram feitos em seis meses projetos estruturantes que valeriam por quatro anos. Mas há um sentimento por parte dos líderes de falta de acolhimento dos ministros, em áreas específicas.

O PP vai mesmo para o governo?

Nosso presidente nacional tem sido muito claro conosco em relação à oposição do Progressista, que é um partido muito grande, onde você precisa levar em conta as questões regionais. Alguns estados caminharam com a esquerda na eleição passada, porque não se conseguiu trazer um consenso, pelo tamanho do partido. A posição do presidente Ciro é essa, mas você não pode impedir que alguém do partido assuma um ministério. Há a expectativa, acredito, por parte de alguns deputados do Progressista, de compartilhar projetos. Não sei qual área que estão definindo, mas há hoje uma divisão

dentro do próprio partido.

Qual é a ala majoritária dentro do partido?

Acredito que a ala majoritária se dará por estados. Cada estado tem uma percepção. Aqui, no Distrito Federal, o centro e a direita ganharam as eleições em primeiro turno. Então você não pode trair a expectativa do seu eleitorado. Cada estado vai ter uma posição.

O caso das joias tirará o ex-presidente Jair Bolsonaro da cena?

Eu não acredito nisso, até porque o eleitor do Lula votou no Lula mesmo ele saindo de uma situação política difícilíssima, que foi o processo que ele passou e ele continua sendo Lula. O cara que é Bolsonaro não vai deixar de ser Bolsonaro, acredito. Agora, está muito claro que o ex-presidente não será candidato. Será alguém que tem o apoio dele, mas que não leve as pautas que eu acredito que o levaram à derrota.

Quais erros?

A falta de diálogo, forma de falar, falta de diálogo entre os poderes, umas falas soltas que foram interpretadas como falas grosseiras e deselegantes. Eu acho que a população não gosta disso.

Matéria de Naum Giló

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores.

**Site: <http://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2023/08/5117643-o-feminicidio-nao-acaba-apos-o-crime-e-governo-pretende-ajudar-orfaos.html>**

# ICMS, ISS, IPI e mais: saiba quantos tributos serão extintos com a reforma tributária

Pouco mais de um mês após a aprovação na Câmara dos Deputados, a **reforma tributária** (PEC 45/2019) começa a andar no Senado. Na quarta-feira, 16, o relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou o plano de trabalho.

Embora essa seja a segunda fase das discussões no parlamento, o novo sistema tributário traz uma série de mudanças que ainda não estão fixadas na mente de muitos brasileiros. Um dos pontos que carece de uma maior explicação é em relação a extinção de **tributos**.

A proposta visa simplificar o sistema tributário brasileiro, extinguindo **tributos** como o PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS e substituindo-os por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, dividido em duas partes: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Assim, ao todo, serão extintos cinco **tributos**. A troca, extinção e criação de novos **tributos**, no entanto, não será imediata. Os novos **impostos** e os antigos vão coexistir por um período de adaptação. Se aprovada no Senado, a transição começará a partir de 2026 e terminará em 2033.

Na esfera federal, PIS, Cofins e IPI serão extintos já em 2027, com a entrada em vigor da CBS e do IS. Já no caso do IBS, gerido por Estados e municípios, o prazo será mais longo: inicia em 2026, com alíquota teste de 0,1%, e terá uma diminuição da alíquota ano após ano até 2033, quando então serão extintos ICMS e ISS.

Confira abaixo mais sobre os **impostos**

Extintos

Criação do IVA

No lugar desses **tributos**, serão criados dois **tributos**:

Imposto Seletivo

A proposta de **reforma tributária** também cria o Imposto Seletivo. É um imposto sobre itens nocivos à saúde e ao meio ambiente.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/icms-iss-ipi-e-mais-saiba-quantos-tributos-serao->

***extintos-com-a-reforma-  
tributaria,606e19f057f6c2205371ea7161644094bwyfpmn1.  
html***

# Condenado por isenção fiscal, Brasil é monitorado por potências automotivas

Colunista do UOL

A disputa entre montadores no Brasil por conta do regime de **impostos** para um dos setores mais estratégicos da indústria acende o alerta internacional. Governos europeus, além do Japão e EUA, afirmam estar acompanhando de perto o debate no Brasil, principalmente diante do que representa o mercado nacional para as principais marcas do mundo e por conta de um eventual favorecimento para marcas chinesas.

Conforme revelou o UOL nesta semana, foi apresentada uma emenda à **reforma tributária** para permitir que os subsídios para o setor automotivo possa valer até o ano de 2032 na região do Nordeste.

Condenado nas instâncias internacionais em 2016 por dar subsídios ilegais ao setor automotivo, o Brasil passou a ser monitorado de forma constante por concorrentes estrangeiros. Ao UOL, diplomatas europeus confirmaram que, uma vez mais, o debate no Poder Legislativo exige que algumas das principais capitais europeias busquem informações sobre o destino da política industrial brasileira.

Dentro do governo brasileiro, a orientação é de que nada deva ser feito violando regras internacionais. Mas também existe uma parcela do Executivo que acredita que o atual desmonte da OMC (Organização Mundial do Comércio) abre espaços para que políticas industriais mais ousadas possam ser examinadas.

Na OMC, o Órgão de Apelação - nome oficial de uma espécie de Supremo Tribunal do Comércio - está paralisado há anos, depois que os governos de Donald Trump e, agora, o de Joe Biden, vetaram a escolha de novos juízes para a corte.

Ou seja, na prática quem viola hoje as regras do comércio tem baixas chances de ser alvo de retaliações de parceiros.

Ainda há a percepção em certos setores do governo de Luiz Inácio Lula da Silva de que, diante da ofensiva econômica chinesa, potências ocidentais voltaram a desenhar políticas de desenvolvimento industrial, muitas das quais envolvendo a distribuição de subsídios.

Alguns subsídios são autorizados pelas regras internacionais do comércio. Mas precisam cumprir regras muito claras e não podem, acima de tudo, distorcer a concorrência.

Mas um grupo de 26 montadoras é contrário à extensão de subsídios previstos no Regime Automotivo do Nordeste e fez pressão. O sistema, se aprovado, livraria a empresa Stellantis de pagar os 11,6% referentes ao IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e permite que contribua com 2% de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) - a alíquota normal é de 12%. A empresa tem uma fábrica na cidade de Goiana (PE).

Numa primeira votação na Câmara dos Deputados, a extensão não passou. Mas isso não significou o fim da disputa. O Palácio do Planalto vê com bons olhos a ampliação das vantagens, como forma de promover a industrialização do Nordeste. Uma das opções é de que ela volte a ser colocada em questão no senado.

Além disso, o desembarque da chinesa BYD na Bahia movimentou deputados que são favoráveis a uma redução de **impostos** para incentivar novas tecnologias na região. Marcas instaladas no Sul e Sudeste, como Toyota, GM e Volkswagen, são contrárias.

O debate sobre a extensão dos subsídios no Brasil chama a atenção por conta de um recente caso envolvendo o país.

As políticas de incentivo fiscal do governo para o setor automotivo, conhecidas como Inovar-Auto, foram condenadas pela OMC (Organização Mundial do Comércio) no final de 2016.

A derrota foi a maior já sofrida pelo país nos tribunais da OMC e o processo foi aberto depois de queixas por parte do Japão e Europa.

No informe de 400 páginas, os juízes alegaram que a política de incentivos fiscais aos setores de telecomunicações, automóveis e tecnologia era ilegal e afetava empresas estrangeiras de forma injusta.

O processo constatou que as leis nacionais eram inconsistentes com as regras internacionais, ilegais do ponto de vista dos acordos assinados pelo Brasil e que

a isenção é, no fundo, um subsídio proibido .

A OMC indicou que dar incentivos fiscais para determinados objetivos, por si mesmo, não seria uma violação das regras. Mas a forma utilizada pelo Brasil representou uma ilegalidade. Isso por conta das exigências que o governo fez para beneficiar as empresas com taxas menores.

Uma das exigências é de que montadoras produzissem localmente. Para os juízes, o critério representava uma espécie de subsídio disfarçado e que, portanto, seria vetado.

O principal foco foi o Inovar Auto, mecanismo que garantiu uma redução de **impostos** para o setor automotivo com fábricas instaladas no País. Japão e UE se queixavam de que o programa era ilegal ao reduzir o IPI para certos modelos produzidos com um determinado número de peças nacionais. A OMC aceitou o argumento e condenou os incentivos dados a montadoras.

Os **impostos** sobre veículos importados podem exceder aos coletados por carros feitos no Brasil em 30% do valor do veículo , indicou a Europa em sua queixas. **Impostos** combinados da aduana e outras taxas podem elevar em alguns casos e taxas proibitivas de 80% do valor importado , acusou Bruxelas.

Com a derrota, a OMC exigiu que sete políticas de incentivos fiscais e redução de IPI adotados ainda pelo governo de Dilma Rousseff fossem abandonadas ou completamente reformados.

Como forma de protelar uma mudança, o Brasil sinalizou que iria recorrer da decisão ao Órgão de Apelação da OMC, que iniciaria um novo exame do caso, o que poderia levar pelo menos mais seis meses para ocorrer. Ou seja, uma condenação final sairia apenas em 2018.

Antes disso, portanto, o Inovar-Auto foi encerrado, assim como outros oito programas de incentivo fiscal, como o Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste.

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/08/17/condenado-por-isencao-fiscal-brasil-e-monitorado-por-potencias-automotivas.htm>

# Avanço do arcabouço cria impasse sobre gastos com Saúde em 2023

**Idiana Tomazelli**

Brasília A sanção do novo arcabouço fiscal após a votação final na Câmara dos Deputados vai criar um impasse jurídico e orçamentário para o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cumprir a aplicação mínima de recursos na Saúde em 2023.

O Executivo pode ter de remanejar cerca de R\$ 6 bilhões caso tenha de seguir de forma proporcional a regra que vincula o piso da Saúde às receitas federais.

O valor é preliminar e pode mudar conforme a dinâmica da arrecadação nos próximos meses.

Além disso, o governo ainda avalia possíveis saídas jurídicas. Há a possibilidade de fazer uma consulta ao TCU (Tribunal de Contas da União) para saber como tratar a questão.

O tema preocupa a equipe econômica, que já precisou fazer um bloqueio de R\$ 3,2 bilhões nas despesas não obrigatórias, que incluem custeio e investimentos, para conseguir cumprir as regras neste ano.

Eventual reforço nos recursos da Saúde exigiria novos bloqueios nas demais áreas.

Por outro lado, pedir autorização para cumprir um piso menor na Saúde, à revelia de uma regra constitucional que o próprio PT escolheu reativar, pode criar também um problema político para o governo, a ser explorado pela oposição.

Procurado, o Ministério do Planejamento e Orçamento não respondeu diretamente às perguntas enviadas pela Folha e disse apenas que "esse assunto ainda está em discussão".

O Ministério da Fazenda não havia se manifestado até a publicação deste texto.

O problema existe porque a PEC (proposta de emenda à Constituição) aprovada na transição de governo prevê a revogação automática do teto de gastos, regra fiscal atualmente em vigor, assim que o novo marco for sancionado pelo presidente da República e virar lei.

A extinção do atual limite de despesas alcança inclusive a regra vigente de correção dos mínimos em

Saúde e Educação. Com isso, voltam a valer, de forma imediata, as vinculações de gastos dessas áreas à dinâmica das receitas.

Na transição, técnicos ligados ao então futuro governo do PT basearam fazer a recomposição das ações nas duas áreas já de olho nesse risco. A Saúde, por exemplo, ficou com R\$ 22,7 bilhões dos recursos extras autorizados pelo Congresso.

O problema é que as receitas foram subestimadas na elaboração do Orçamento.

De lá para cá, o governo vem experimentando um aumento em sua arrecadação, e é essa base maior que vai nortear os mínimos das áreas de Saúde e Educação.

As regras constitucionais que voltarão a valer após a sanção do arcabouço fiscal destinam 15% da RCL (receita corrente líquida) para a Saúde e 18% da RLI (receita líquida de **impostos**) para a Educação.

No mais recente relatório bimestral do Orçamento, divulgado em 22 de julho, o governo tomou como base uma RCL de R\$ 1,258 trilhão.

Nesse cenário, a proporção mínima de aplicação na Saúde seria de R\$ 188,7 bilhões. A dotação atualizada, porém, está em R\$ 170,5 bilhões, segundo o relatório resumido de execução orçamentária do mês de junho.

O valor é maior do que o piso atual de R\$ 147,9 bilhões (conforme a regra do teto de gastos), mas R\$ 18,2 bilhões menor do que seria o mínimo vinculado às receitas -que voltará a vigorar com a sanção do novo arcabouço fiscal.

Técnicos ouvidos reservadamente pela Folha não consideram razoável exigir do governo o cumprimento do piso integral, dado que o teto atual vai vigorar pelo menos até o fim de agosto.

O cenário mais provável é que o Poder Executivo precise assegurar o novo mínimo de maneira proporcional, a partir da sanção do novo arcabouço fiscal.

Em uma conta preliminar, a diferença atual

representaria o equivalente a R\$ 1,5 bilhão por mês. Se o arcabouço começar a valer no início de setembro, a conta será multiplicada por quatro, alcançando uma cifra próxima a R\$ 6 bilhões.

O valor definitivo pode ser diferente porque está sujeito à arrecadação realizada em cada mês.

No caso da Educação, o problema é menor. A RLI de 2023 foi projetada em R\$ 530,9 bilhões no relatório de julho, o que resultaria em uma aplicação mínima de R\$ 95,6 bilhões no ano todo. A dotação reservada hoje no Orçamento já é maior do que isso: R\$ 99,8 bilhões.

Dentro do governo federal, a avaliação é que não se trata de um impasse meramente orçamentário, mas também jurídico.

Dado que o Orçamento foi elaborado à luz da regra fiscal vigente, o teto de gastos, técnicos veem espaço para questionar a necessidade de virar a chave já em 2023 e cumprir os pisos pela regra atrelada à receita neste ano.

Há ainda uma ponderação sobre qual a RCL a ser considerada como referência para o cálculo do piso da Saúde. Uma ala defende manter as projeções em cima dos números previstos no projeto de Lei Orçamentária ou no Orçamento aprovado, em vez dos valores atualizados -o que dispensaria o governo de reforçar as dotações da área neste ano.

Técnicos experientes do TCU, porém, rejeitam a possibilidade de permitir um cálculo alternativo, sem considerar a RCL atualizada.

A Constituição prevê aplicação mínima de 15% sobre "a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro", o que é compreendido como arrecadação efetivamente observada.

Além disso, esses técnicos ressaltam que dificilmente o governo conseguirá escapar da aplicação dos mínimos vinculados à arrecadação já em 2023.

A emenda constitucional 126 é clara ao revogar os dispositivos do teto de gastos "após a sanção da lei complementar" que institui a nova regra fiscal. Para adiar a aplicação para 2024, o texto legal deveria prever isso de forma expressa.

Além do impasse neste ano, a reativação dos pisos de Saúde e Educação vinculados à arrecadação preocupa a equipe econômica também nos anos seguintes.

Como mostrou a Folha, essas despesas tendem a pressionar o novo arcabouço fiscal, uma vez que as

receitas vão crescer em um ritmo mais veloz do que o novo limite de gastos, consumindo o espaço disponível para as demais áreas.

Por isso, o Ministério da Fazenda discute apresentar, até o fim do ano, uma PEC para mexer nessas vinculações e harmonizar a tendência de expansão dessas despesas com a limitação do novo arcabouço fiscal.

Em abril, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) antecipou o debate em entrevista à Folha.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50371&maxTouch=0&anchor=6481704&pd=aa77ead4f48446e11474f4806bb8dacf>

# BNDES tem R\$ 270 bi para projetos do PAC

**VINICIUS NEDER**

O BNDES tem R\$ 270 bilhões reservados para financiar projetos incluídos no Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), informou ontem a diretoria da instituição de fomento, ao divulgar os resultados financeiros do segundo trimestre.

O valor corresponde a 75% dos R\$ 362 bilhões em financiamentos públicos incluídos na soma global de R\$ 1,7 trilhão da nova edição do programa, anunciado na semana passada pelo governo federal.

Segundo o diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa, a estimativa da capacidade de financiamento da instituição para o PAC foi construída em negociação com a Casa Civil, ministério responsável pelo programa.

Dos R\$ 270 bilhões, irão para projetos de infraestrutura R\$ 200 bilhões. Toda a carteira de estruturação de projetos do BNDES entrou no PAC, disse Barbosa. São 121 projetos de parcerias público-privadas (PPPs) e concessões, que somam R\$ 172 bilhões.

Estão também na conta projetos de estados e municípios inseridos no PAC.

-Estamos convencidos e alinhados com a Fazenda e a Casa Civil para implantar as prioridades do governo que estão elencadas no PAC.

Participamos da construção do PAC. Parte das obras anunciadas está na nossa carteira ou entrou como pedidos no BNDES -afirmou o presidente do banco, Aloizio Mercadante, durante a apresentação dos resultados financeiros.

**R\$ 30 BILHÕES EM TÍTULOS** O BNDES informou lucro líquido recorrente de R\$ 3,7 bilhões no primeiro semestre, tombo de 45% ante a primeira metade de 2022. Já os desembolsos para financiamentos em curso somaram R\$ 40,6 bilhões no primeiro semestre, alta de 22% em relação a igual período de 2022.

Os diretores do BNDES garantiram que a instituição terá recursos suficientes para fazer frente a essa demanda por financiamentos.

A capacidade de financiar R\$ 270 bilhões considera que o BNDES receberá, até o fim do atual governo, R\$ 40 bilhões do Fundo Clima, que será turbinado por

emissões de "títulos verdes" do Tesouro Nacional no exterior, disse Barbosa.

Considera também a criação das Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCDs), um novo título de investimento, com isenção de **tributos**, nos moldes das LCIs (para investimentos imobiliários) e LCAs (do agronegócio).

Ao oferecer as LCDs ao mercado, o BNDES levantará recursos para financiamentos.

A projeção para o PAC considera a captação de R\$ 30 bilhões até 2026 com esses títulos.

A criação das LCDs foi incluída no rol de "medidas institucionais" do Novo PAC.

Assim como outra proposta da diretoria, um ajuste nos juros do BNDES, com o intuito de facilitar financiamentos baseados em outras taxas, não apenas a TLP, a taxa atual do banco, que segue os juros de mercado dos títulos do Tesouro Nacional.

Barbosa e Mercadante evitaram condicionar a oferta de R\$ 270 bilhões em financiamentos para o PAC a essa mudança nos juros. O presidente do BNDES ponderou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "deixou claro" que o programa é uma prioridade do governo. E ressaltou: - Algumas questões têm que ser resolvidas ao longo do processo. Como a Casa Civil anunciou, o governo está alinhado com o BNDES sobre os pleitos que anunciamos.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

## Alta forçada (Editorial)

O reajuste dos preços dos combustíveis recém-promovido pela Petrobras desperta atenção especial por ser o primeiro da gestão de Jean Paul Prates, que deixou o posto de senador pelo PT do Rio Grande do Norte para assumir o comando da gigante estatal a convite de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A medida indica que as normas de governança da companhia estabelecidas nos últimos anos ainda proporcionam proteção, ao menos parcial, ante tentações populistas de baratear artificialmente a gasolina e o diesel. É insuficiente, porém, para dissipar dúvidas acerca da atual administração.

Não está claro, em especial, até que ponto a petroleira vai seguir as cotações internacionais -um princípio correto adotado em 2016 contra o qual se insurgiram tanto Jair Bolsonaro (PL) como Lula.

Mesmo com os aumentos de 16,2% na gasolina e de 25,8% no diesel, os preços domésticos continuam abaixo da paridade de importação. Segundo cálculos do banco Goldman Sachs, as defasagens são de 8% e 7%, respectivamente; não se vê, porém, perda substantiva para as receitas da empresa.

Em audiência nesta quarta-feira (16), Prates saiu-se com uma obviedade ao comentar os reajustes -o objetivo, disse, foi evitar que a Petrobras perdesse dinheiro. Há muito mais em jogo, entretanto.

Preços fixados por critérios que não os de mercado implicam riscos para a saúde financeira da empresa, para o abastecimento interno de combustíveis e para os bolsos dos contribuintes. Por isso a Lei das Estatais, de 2016, e o estatuto posterior da Petrobras restringiram tal possibilidade.

É evidente que reajustes não são indolores. O de agora já resultou em elevação das projeções de **inflação** para o ano, e ficou mais remota a chance de um IPCA até 4,75%, teto oficial para a política do Banco Central (meta de 3,25% mais tolerância de 1,5 ponto percentual).

Pior, no entanto, seria incorrer no intervencionismo de administrações petistas anteriores, que, não limitado ao setor petrolífero, terminou em megaprejuízos, descontrole inflacionário, escalada dos juros e recessão profunda. Ressalte-se que Prates disse no Senado que não repetirá erros do passado.

É fato que por ora estão afastados os piores temores

quanto à gestão da empresa, cujo valor de mercado já se recuperou de quase toda a perda de mais de R\$ 100 bilhões registrada desde a eleição de Lula.

Entretanto o restabelecimento da confiança levará tempo -e passará não apenas por preços, mas também por bons investimentos e responsabilidade ambiental.

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50371>

# Lucro do BNDES cai 45% no 1º semestre com repasses ao Tesouro; desembolsos sobem 22%

**Leonardo Vieceli**

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) teve lucro líquido recorrente de R\$ 3,7 bilhões no primeiro semestre de 2023, de acordo com balanço divulgado nesta quarta-feira (16) pela instituição. O montante representa uma queda de cerca de 45% em relação a igual período de 2022 (R\$ 6,7 bilhões).

Segundo o banco, a redução está associada ao impacto no caixa causado pelas devoluções antecipadas de recursos para o Tesouro Nacional ao longo de 2022.

"O BNDES, no ano passado, devolveu R\$ 72 bilhões ao Tesouro Nacional, sendo que R\$ 45 bilhões foram devolvidos em novembro, sem que a gente tivesse recebido as operações que haviam lastreado esses empréstimos", disse Alexandre Abreu, diretor financeiro do BNDES.

"Do ponto de vista financeiro, provoca um impacto em resultado", completou.

O lucro recorrente desconsidera eventos esporádicos, que não tendem a se repetir. Já o lucro líquido contábil, que não faz essa exclusão, foi de R\$ 9,5 bilhões no primeiro semestre.

Os desembolsos, que representam os financiamentos para diferentes setores da economia, chegaram a R\$ 40,6 bilhões de janeiro a junho de 2023. Isso representa um crescimento de quase 22% ante igual período do ano passado.

O aumento está em linha com os planos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de fazer com que o BNDES retome seu papel como financiador de projetos na economia.

Para isso, a diretoria da instituição defende uma redução no nível de repasses para o Tesouro Nacional. Essa medida, contudo, pode esbarrar em resistências no Ministério da Fazenda, devido ao possível impacto nas contas públicas.

"Não estamos tratando de subsídios do Tesouro. Nosso esforço é para deixar de transferir recursos do BNDES na escala que foram transferidos para o Tesouro. Quem tem de desmamar é o Tesouro do BNDES", disse o presidente do banco, Aloizio Mercadante, em entrevista após a divulgação do balanço.

Nos últimos anos, o BNDES repassou 60% de seu lucro líquido em dividendos à União. A medida defendida pelo banco é voltar a pagar apenas o patamar mínimo obrigatório, de 25%.

"Se não pagava historicamente, não faz sentido pagar 60%. Descapitaliza o banco.

É o que estamos mostrando aqui", afirmou Mercadante.

A atual gestão tem planos de dobrar o nível de desembolsos do BNDES até 2026. Assim, a ideia é retomar um patamar de financiamentos próximo a 2% do PIB (Produto Interno Bruto), verificado antes do impulso a empréstimos nos governos Lula e Dilma Rousseff (PT).

"O esforço fiscal do governo é fundamental. O arcabouço fiscal é muito importante, mas não podemos pagar mais do que 25% de dividendos para [conseguir] cumprir aquilo que o governo espera do banco, que é o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], que é a política industrial", disse Mercadante.

Ele estimou que os desembolsos do BNDES podem chegar a R\$ 120 bilhões até o final de 2023. O petista ainda indicou que a instituição deve reservar R\$ 270 bilhões para financiar obras do Novo PAC até o fim do mandato do presidente Lula.

Quem tem de desmamar é o Tesouro do BNDES

Aloizio Mercadante, presidente do BNDES

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50371&maxTouch=0&anchor=6481704&pd=aa77ead4f484>

**46e11474f4806bb8dacf**

# Pela primeira vez, 300 maiores empresas de varejo do País vendem mais de R\$ 1 tri

**MÁRCIA DE CHIARA**

Depois de um ano de 2021 atípico, ainda marcado pela pandemia, as 300 maiores empresas varejistas do País romperam uma marca histórica em 2022: faturaram R\$ 1,046 trilhão, com crescimento nominal (sem descontar a inflação) de 19,9% sobre o ano anterior, e superando o desempenho do varejo como um todo, que avançou nominalmente 14,1%.

Os dados constam do ranking das 300 maiores empresas do varejo de produtos, elaborado pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC). Segundo Eduardo Terra, presidente da SBVC, 96% das varejistas tiveram crescimento de vendas no ano passado, sendo que 89% delas registraram avanços de faturamento acima da inflação.

Em número de lojas físicas o crescimento também foi significativo, embora o varejo seja cada vez mais digital. No ano passado, a rede de lojas das 300 maiores companhias aumentou liquidamente 7,3%, com 4.259 novos pontos físicos entrando em operação.

Quase 70% das companhias aumentaram o número de lojas em relação a 2021.

Das 300 companhias avaliadas pelo estudo, 221 contam com operação online - eram 162 em 2019, antes da pandemia.

Terra observa que esses dados podem ser avaliados de várias formas, mas destaca que 80 dessas grandes companhias ainda não vendem pela internet, mesmo depois da pandemia. "São visões do copo meio cheio ou meio vazio", diz.

**RANKING.** Em 2022, as posições de liderança dos cinco maiores varejistas em faturamento mantiveram-se inalteradas em relação ao ano anterior.

O Grupo Carrefour manteve-se no primeiro lugar, seguido por Assaí, Magazine Luiza, Via e Americanas.

As maiores mudanças na lista ocorreram entre a sexta e a décima posição. O grupo Raia Drogasil caiu da sexta para sétima posição, enquanto o Grupo Boticário foi do décimo para o sexto lugar em vendas. A Natura Co subiu do nono para o oitavo, e o GPA (Pão de

Açúcar) caiu quatro posições, da sexta para a décima colocação em vendas.

O estreante entre os dez maiores varejistas do País foi o Grupo Mateus, que ficou na nona posição. O Big, que aparecia na lista de 2021, foi adquirido pelo Carrefour e incorporado pelo grupo francês no ano passado.

**DIVERSIDADE.** O estudo mostrou também que as maiores empresas do varejo brasileiro têm muita diversidade na força de trabalho, formada por mulheres, pretos e pardos, na base das operações, isto é, em lojas. Mas as participações dessas populações diminuem abruptamente no alto escalão.

Pela primeira vez, no ranking da SBVC, a questão da diversidade dos trabalhadores no varejo foi abordada. Das 300 maiores empresas em faturamento consultadas, 71 reportaram dados sobre mulheres e 55 a respeito da participação de pretos e pardos em seus quadros de funcionários.

De acordo com o estudo, 74% das varejistas têm mais da metade de mulheres na folha de pagamento, e 44% das companhias têm participação feminina em cargos de liderança nas lojas. No entanto, apenas 6% das companhias têm maioria de mulheres nos assentos dos seus conselhos de administração.

"Isso é exatamente um espelho do que ocorre no Brasil em todas as empresas", afirma Alberto Serrentino, vice-presidente da entidade e responsável pelo ranking. Com relação à questão racial, ele ressalta que o funil é ainda mais estreito.

De acordo com o estudo, 54% das varejistas empregam mais de 50% de pretos e pardos. E apenas 24% delas têm mais da metade dessa população em posições de liderança em lojas.

No alto escalão, em cargos de conselho de administração, a situação é ainda mais crítica: só 4% das companhias têm mais de 30% de pretos e pardos desempenhando essas funções.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Planalto avança na negociação para criar mais um ministério

A negociação para criar o Ministério de Micro e Pequenas Empresas e, assim, facilitar a acomodação do PP e do Republicanos na Esplanada avançou no governo. Interlocutores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto afirmam que ele está mais disposto a criar a 38ª pasta.

Um ministro chegou a dizer ao GLOBO, reservadamente, que esse é um ponto já definido.

Ontem, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que a reforma deve ser concluída até amanhã. Embora o Planalto já tenha confirmado que os deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvío Costa Filho (Republicanos- PE) serão nomeados, Lula não dá pistas a aliados sobre quem ocupará o ministério a ser criado e quais trocas ocorrerão. O ritmo das negociações, no entanto, aumentou nesta quarta-feira.

-Deve ser resolvido até sexta-feira. Como é uma mudança que mexe com poucos ministérios, é mais complicado de se ajustar, para alocar as pessoas - disse Wagner.

Lula e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também tinham uma reunião marcada na noite de ontem, justamente para debater as alterações na Esplanada.

Até o fechamento desta edição, tanto o Planalto quanto o presidente da Câmara não se pronunciaram sobre o encontro.

**DIÁLOGO COM SEBRAE** Lula avalia cenários de trocas e saídas de ministros para abrigar novos aliados do PP e Republicanos e, com isso, consolidar mais 60 votos das duas legendas na Câmara. Defensor da criação do Ministério de Micro e Pequenas Empresas, o presidente do Sebrae, Décio Lima, é uma das pessoas com quem Lula conversa sobre a possibilidade de criar a nova pasta voltada ao setor, que atualmente é contemplado por uma secretaria que integra o Ministério de Indústria e Comércio, comandada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin.

-É um setor que merece uma política de Estado diferenciada.

Criar um ministério é potencializar a vocação da

economia brasileira, a vocação criativa da população.

Falo sempre com o presidente e mostro o tema com muita paixão. Ele está convencido que é um público que merece um olhar diferente - disse Décio Lima ao GLOBO.

Em reuniões internas, Lula, assim como Wagner acenou publicamente, tem afirmado que pretende definir as trocas de ministros ainda nesta semana.

Conforme as discussões internas, entre as iniciativas que poderiam ser lançadas pela nova pasta é o Bolsa Empreendedor e a abertura de linha de crédito para pequenos e microempresários, para que eles pudessem dar escala ao seu negócio.

Liderança petista em Santa Catarina, Lima é amigo de Lula há 40 anos. Ele chegou à presidência do Sebrae pela articulação de Paulo Okamoto, outro nome do círculo íntimo do presidente, que atualmente comanda a Fundação Perseu Abramo, responsável por elaborar as políticas propostas pelo PT.

No governo Dilma Rousseff, a secretaria voltada ao setor tinha caráter de ministério. De acordo com Sebrae, 55% dos empregos de carteira assinada no Brasil são gerados por micros e pequenas empresas, que têm 99% dos CNPJs do país. O setor corresponde a 30% do Produto Interno Bruto do País (**PIB**). Ainda assim, seria mais uma pasta criada em um governo que já tem 37 ministérios. Ao tomar posse, Lula criou 14 novos ministérios frente aos 23 de Jair Bolsonaro.

-Seria algo fantástico, a compreensão clara do que representa a micro e pequena empresa para economia brasileira. É um público que nunca desistiu e enfrentou todas as adversidades, intempéries econômicas e políticas.

Tenho defendido que seria algo muito positivo para o país -disse Lima.

De acordo com auxiliares, o que pesa contra a criação do ministério é o enfraquecimento da pasta de Alckmin.

Lula demonstra consideração e afeto pelo vice, que tem retribuído com lealdade ao chefe.

Até o momento, Lula não conversou com Alckmin sobre possibilidade de o seu vice deixar o ministério ou a pasta ser desmembrada.

O entorno do vice interpreta isso como possibilidade de o posto de Alckmin ser preservado na reforma.

Diferentemente do que ocorre com outras pastas, em que a articulação política é intermediada pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, uma eventual mudança de Alckmin, por ser vice-presidente, seria tratada diretamente por Lula.

Numa forma de aplacar a insatisfação do Centrão com a demora da reforma, Padilha, anunciou no dia 4 de agosto, que Lula já decidiu que os deputados André Fufuca e Silvio Costa Filho serão ministros.

Ministério de Alckmin seria desmembrado para criar nova pasta e acomodar Centrão

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# BC dos EUA e risco fiscal levam taxa do Treasury à máxima em 15 anos

**Gabriel Caldeira De São Paulo**

Os rendimentos dos Treasuries, os títulos da dívida soberana dos Estados Unidos, dispararam nos últimos dias e, na sessão de ontem, a taxa de dez anos americana subiu a 4,256%, o maior nível de fechamento desde a crise financeira de 2007 e 2008. O aumento da dívida pública nos Estados Unidos, que tem elevado as emissões de títulos públicos, se somou ao risco de que o Federal Reserve (Fed) mantenha uma postura conservadora diante da resiliência da economia americana. Participantes do mercado, assim, têm exigido taxas cada vez mais altas, em um movimento que pode se estender.

A piora na percepção de risco tem afetado, em especial, as taxas de longo prazo dos papéis da dívida americana. Somente neste mês de agosto, o rendimento da T-note de dez anos saltou de 3,959% para 4,256%, enquanto o retorno do papel de 30 anos subiu de 4,011% para 4,356%. Os movimentos são bastante expressivos, especialmente ao se considerar que se trata da dívida de longo prazo dos EUA.

Parte do nervosismo na renda fixa americana vem após o Departamento do Tesouro dos EUA anunciar um aumento nas emissões de títulos públicos, diante da escalada da dívida do país. Para o economista Alex Pelle, do Mizuho, os anúncios dos leilões, o rebaixamento da nota de crédito dos EUA pela Fitch Ratings e as mudanças na condução da política monetária no Japão criaram uma "tempestade perfeita" que gerou uma forte venda de Treasuries de longo prazo.

"Há um limite sobre quanto os investidores podem absorver de Treasuries. O mercado opera sob narrativas, e essa "tempestade perfeita" virou o foco para os problemas fiscais nos EUA, bem como as implicações da maior oferta", diz Pelle. Em julho, o governo americano registrou um déficit orçamentário de US\$ 221 bilhões, US\$ 10 bilhões a mais em relação ao mês anterior e muito acima do esperado pelo mercado. Com o resultado, o déficit chegou a US\$ 1,6 trilhão no ano fiscal de 2023, mais do que o dobro do registrado durante o mesmo período em 2022.

O economista do Mizuho cita, ainda, o desempenho robusto da economia americana mesmo depois da

longa campanha de aperto monetário. O Fed elevou os juros em 5 pontos percentuais, para a faixa de 5,25% a 5,5%, a maior desde janeiro de 2001 - e a possibilidade de outra alta de 0,25 ponto percentual segue sobre a mesa.

A surpresa com a atividade nos EUA tem feito com que uma parcela cada vez menor dos economistas e dos investidores mantenha a previsão de que a maior potência global entrará em recessão.

Para o time de estrategistas de renda fixa do Barclays, mesmo com o aumento recente das taxas, o mercado de Treasuries ainda não está "estressado", e o nível elevado do juro neutro de curto prazo nos EUA indica que os investidores seguem muito pessimistas com o crescimento e que a política monetária pode nem mesmo estar em território restritivo. Nesse cenário, o Barclays abriu recomendação de venda da T-note de dois anos, ou seja, aposta em aumento adicional dos rendimentos. Ontem, a taxa da T-note de dois anos subiu a 4,965%.

"Se o crescimento continuar superando as expectativas, o mercado precisará retirar a recessão das previsões e pode ter de precificar mais um aumento de juros do Fed", diz Pelle, do Mizuho. Nem a desaceleração da **inflação** americana tem sido suficiente para arrefecer o rali dos Treasuries. "Crescimento acelerado, demanda no mercado de trabalho extremamente excessiva e preços de energia subindo novamente" tiram a confiança do mercado em um Fed menos agressivo, segundo Pelle.

"A menos que ocorra uma recessão, é provável que o Fed corte muito mais lentamente do que o mercado espera", dizem os estrategistas do Barclays. "Acreditamos que o componente de expectativas nas taxas deveria ser maior. Dada a resiliência da economia, os riscos ainda estão direcionados para o Fed entregar outro aumento [de juros] e qualquer corte subsequente provavelmente será glacial".

Há a crença no mercado de que a inversão da curva de juros - quando o rendimento do título de dois anos supera o do título de dez anos - antecipa cenários de recessão nos EUA. No entanto, o atual ciclo econômico tem desafiado essa noção. Mas se a ligação do mercado de Treasuries com a economia não tem tido a mesma sintonia de antes, o salto nos

rendimentos dos títulos de longo prazo deve afetar outros ativos nos EUA, em especial as ações. Em agosto, o S P 500 já acumula perda de 4,02%.

"A correlação negativa entre os rendimentos dos Treasuries e o S P 500 - uma característica-chave de 2022 que esteve ausente durante grande parte deste ano - parece ter retornado", avalia Thomas Mathews, economista-sênior de mercados da Capital Economics.

Para ele, essa dinâmica só deve se reverter caso a economia dos EUA enfraqueça. Nesse caso, tanto os retornos da renda fixa americana quanto as bolsas de Nova York devem tomar trajetória descendente.

"Tempestade perfeita virou o foco para os problemas fiscais nos EUA" Alex Pelle

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187634>

# Ata mostra Fed cauteloso diante do risco de elevar demais os juros

**Eduardo Magossi e Gabriel Caldeira De São Paulo**  
(Colaboraram Igor Sodré e Letícia Simionato)

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) está diante de uma encruzilhada: pausar o aperto monetário ou continuar com a alta nos juros nos próximos meses.

Divulgada ontem, a ata da reunião de 25 e 26 de julho do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) mostrou que os membros estão monitorando com aten o os riscos da **infla o** ao mesmo tempo em que começam a questionar os perigos de um aperto maior que o necessário para a economia.

A ata revelou que os membros do comit  não se sentem confortáveis em dizer que o ciclo de alta de juros já terminou e que seguirão mais do que nunca dependentes dos dados para tomar uma decisão na reunião de setembro. Isso começa a revelar uma dicotomia na opinião das autoridades: embora a alta de 0,25 ponto percentual em julho tenha sido decidida por unanimidade, dois membros se mostraram contra a alta.

O documento afirma que "com a **infla o** bem acima da meta de longo prazo e o mercado de trabalho apertado, a maioria dos participantes continuam a ver riscos significativos para a **infla o**, que podem exigir mais apertos na política monetária". Porém, alguns membros destacaram a importância de que "as decisões do comit  equilibrem os riscos de inadvertidamente provocar um aperto excessivo contra o custo de uma alta insuficiente nos juros". "Os membros julgaram que manter o atual grau de restri o neste momento provavelmente resultaria em mais progresso em dire o às metas do Comitê, ao mesmo tempo em que permitiria ao Comitê avaliar melhor esse progresso", explica a ata.

Um movimento de venda de a es e alta das taxas dos Treasuries tomou conta dos mercados em Nova York após a ata. Investidores leram sinais mais conservadores no documento, o que pressionou os ativos, sob a premissa de que os juros poderão ficar mais altos.

Nas bolsas, o Nasdaq foi o que mais sentiu, com baixa de 1,15%. O  ndice Dow Jones fechou em queda de 0,52%, o S P 500 recuou 0,76%.

Já na renda fixa, o rendimento da T-note de dez anos encerrou em alta, a 4,256%, enquanto o do T-bond de 30 anos subiu para 4,356%. O fechamento de ontem foi o maior retorno do título de dez anos desde outubro de 2007. Já o rendimento do título de 30 anos alcançou o maior fechamento desde 2011.

"A ata abre caminho para a atua o do presidente do Fed, Jerome Powell, no simpósio de Jackson Hole, na próxima semana, onde a expectativa é a de que ele continue a ressaltar que o Fed será totalmente dependente de dados, deixando que a decisão de setembro seja tomada em cima da hora", afirma a economista-chefe para os EUA do Morgan Stanley, Ellen Zentner. Ela cita que o documento explicitamente ressalta a importância de todos os dados que serão divulgados até lá para a decisão: "Decisões de política em reuniões futuras devem depender da totalidade dos dados e suas implica es para cenário econômico, **infla o** e equilíbrio de riscos".

Para Zentner, embora a ata não confirme uma posi o para a próxima reunião, a expectativa é a de que não haverá mais altas este ano no ciclo de aperto monetário.

Alguns economistas acreditam que haverá uma pausa em setembro mas uma alta pode ocorrer na reunião de novembro.

Os dirigentes do Fed ainda identificam um grau elevado de incerteza acerca das perspectivas para a economia. Nesse contexto, as decisões futuras sobre a política monetária devem continuar dependentes da totalidade dos dados econ micos e "de seus impactos sobre as perspectivas econ micas e de **infla o**, bem como o balanço de riscos do Fed".

Embora vejam a atividade econômica como forte, sob "expansão a ritmo moderado", alguns dirigentes do Fed citaram riscos que podem reduzir o crescimento em breve. Entre eles, o efeito cumulativo do aperto monetário, que seria agravado caso as condi es mais restritivas para a concessão de crédito dos bancos impactem mais a atividade que o esperado. No geral, o Fomc continua a acreditar que uma taxa maior de desemprego e um período de crescimento abaixo da tendência serão necessários nos EUA para que a **infla o** retorne à meta de 2% de forma sustentável.

Os membros do Fed também concordaram que o mercado de trabalho dos EUA continuou muito apertado, mas com sinais de melhor equilíbrio. Segundo a ata, o desemprego deve aumentar nos próximos meses. Eles notaram evidências de que "a demanda por mão de obra está diminuindo - com queda nas vagas de emprego, taxas menores de demissões, mais trabalho em meio período, crescimento mais lento nas horas trabalhadas, pedidos de seguro desemprego mais altos e moderação de crescimento salarial".

Na visão de Veronica Clark, economista do Citi, a maioria dos participantes do Fomc ainda veem risco significativo de alta da **inflação**, o que requer mais aperto, "consistente com as projeções feitas pelo Fed em junho, que apontavam para mais uma alta". "Esperamos que o Fed pule a alta de juros de setembro, mas entregue uma alta final de 0,25 ponto em novembro", disse.

Para André Cordeiro, economista-sênior do Inter, na ata os membros não enxergam necessidade de interromper a política contracionista com a retirada de liquidez do mercado, através da diminuição do balanço de ativos do Fed.

"Nossa expectativa continua de um pulo [no aperto] em setembro, condicionado ao payroll e ao CPI", diz, que espera alta em novembro.

Kieran Clancy, economista-sênior para EUA da Pantheon Macroeconomics, destaca trechos da ata que sugerem "amplo consenso de que muitos dos fatores que primeiro impulsionaram a **inflação** estão agora se revertendo". "O payroll de agosto é uma incógnita", diz, preocupado com a possibilidade do mercado de trabalho forte fazer com que o Fed volte a subir os juros em setembro.

Para ele, a divisão entre os membros mais conservadores e aqueles mais preocupados com um aumento excessivo dos juros tem ficado mais evidente, mas o lado "hawkish" (duro) ainda é maioria.

"Esperamos que o Fed entregue uma alta final de 0,25 ponto em novembro" Veronica Clark

Ainda na luta contra a **inflação**

O presidente do Federal Reserve de Mineápolis, Neel Kashkari, disse que não está preparado para declarar vitória na luta contra a **inflação**. "A **inflação** está descendo. Fizemos progressos e bons progressos. Me sinto confiante em relação a isso.

[Mas a **inflação**] ainda está muito elevada", disse

durante conferência em Mineápolis. "A minha questão é: fizemos o suficiente para levar mesmo a **inflação** de volta à meta de 2%? Ou temos de fazer mais?", acrescentou.

Ele afirmou ainda que acha que pode haver mais aperto. "Já terminamos de subir as taxas? Não estou preparado para dizer que sim." O Fed "pode levar mais algum tempo e analisar mais dados antes de termos de decidir fazer mais", disse Kashkari, que tem direito a voto no Fomc neste ano.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187634>